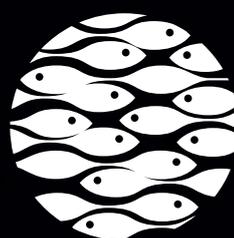
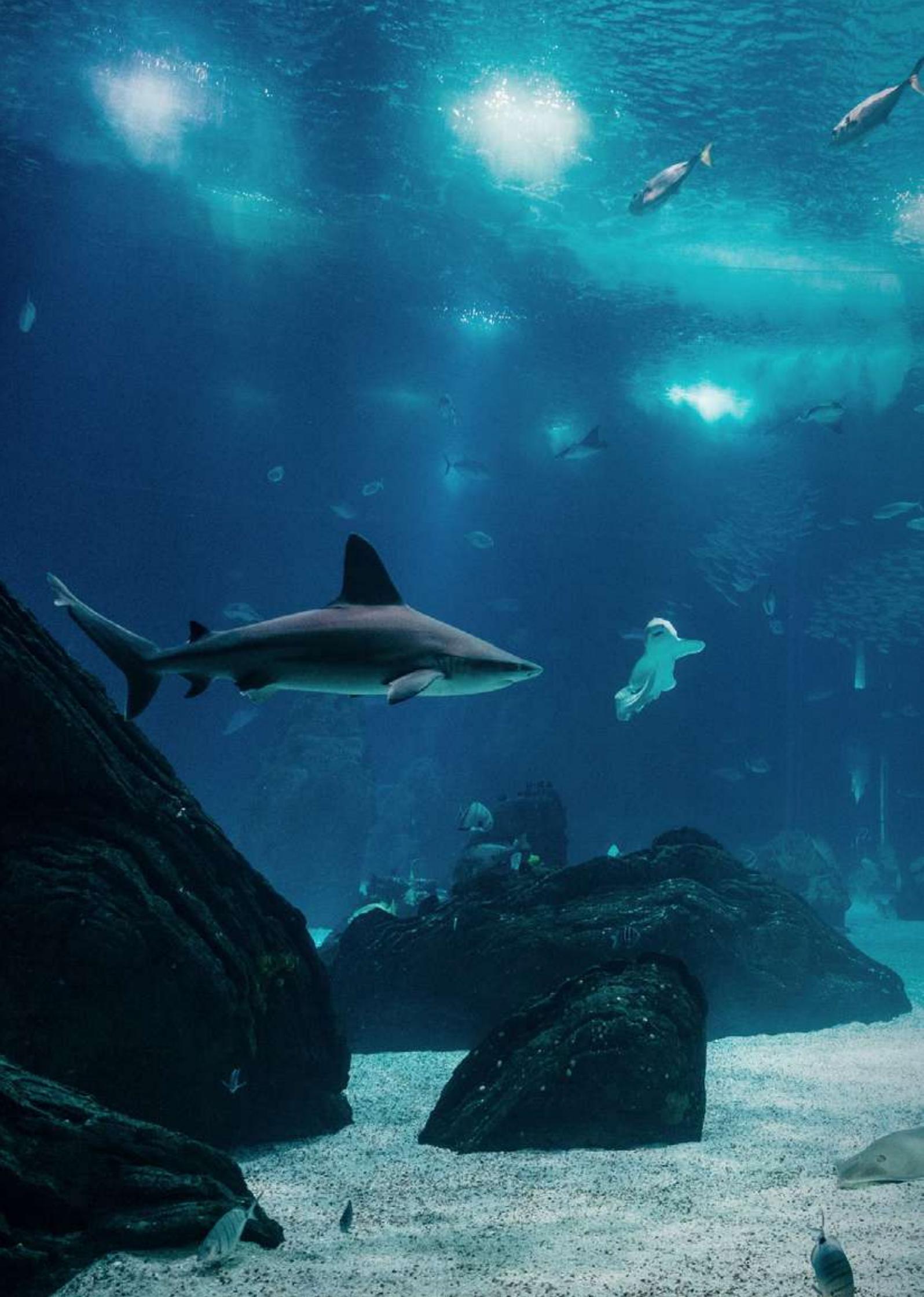


RELATÓRIO E CONTAS

2023





ÍNDICE

4	VISÃO E MISSÃO
7	MENSAGEM DO PRESIDENTE
8	25 ANOS DO OCEANÁRIO
10	O ANO DE 2023
12	2023 MÊS A MÊS
14	ENQUADRAMENTO
16	O AQUÁRIO
24	CENTRO PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ESPÉCIES
26	REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS
30	CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA
34	CONSERVAÇÃO
38	EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
44	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
46	RECURSOS HUMANOS
47	RESPONSABILIDADE SOCIAL
48	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
56	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
56	PERSPETIVAS PARA 2024
57	NOTA FINAL
59	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
127	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

ACIONISTA

A Fundação Oceano Azul, pessoa coletiva de direito privado, sem fins-lucrativos, que tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Tiago Ferreira Lemos

Secretário

Nuno de Deus Pinheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Soares dos Santos

Vogais

João Falcato Pereira [até 03.out.2023]

Helena Bento [desde 04.out.2023]

Tiago Pitta e Cunha

Pedro Veloso

Vera Catarino

FISCAL ÚNICO

Efetivo

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A. representada por

Jorge Carlos Batalha Catulo

Suplente

João Carlos Henriques Gomes Ferreira

VISÃO

A conservação do oceano é uma responsabilidade de todos.

MISSÃO

Promover o conhecimento do oceano, sensibilizando os cidadãos em geral para o dever da conservação do património natural, através da alteração dos seus comportamentos.





MENSAGEM DO **PRESIDENTE**

No ano em que celebramos o 25º aniversário do Oceanário de Lisboa, é com imensa satisfação que celebramos também um recorde histórico de visitantes portugueses e os melhores resultados financeiros da nossa história.

Durante os anos difíceis da pandemia, toda a equipa do Oceanário demonstrou um espírito de missão exemplar, trabalhando incansavelmente para garantir a qualidade das nossas exposições, o bem-estar animal e uma coleção marinha diversificada. Em 2023, o esforço conjunto foi recompensado, com um aumento significativo no número de visitantes, atingindo 1.383.747, um aumento de 10% em relação ao ano anterior, o que reflecte a adesão à nossa estratégia de preços acessíveis.

Os desafios enfrentados durante a pandemia não foram em vão. Integramos as aprendizagens para nos tornarmos uma organização mais dinâmica, com um conhecimento mais profundo dos nossos visitantes, e mais eficiente.

Além disso, expandimos significativamente as nossas atividades educativas, recebendo 101.307 participantes, um aumento notável de 32% em relação ao ano anterior. Investimos e aprofundámos o trabalho realizado nas áreas de conservação e ciência, quer no âmbito da Rede Internacional de Centros para a Sobrevivência de Espécies, com a avaliação do risco de extinção das espécies marinhas, quer através dos avanços conseguidos no estudo e reprodução de várias espécies marinhas, no trabalho articulado com uma rede de aquários e organizações, na participação em estudos e publicações científicas e na participação em projetos de conservação *in situ*.

O fim de 2023 marca uma nova fase para o Oceanário de Lisboa, reforçamos o nosso compromisso em acolher mais visitantes portugueses e estrangeiros, mantendo-nos na vanguarda da ciência e proporcionando uma experiência de visita incomparável. Estamos determinados a continuar a cumprir a nossa missão e a ser reconhecidos e recomendados por todos os que nos visitam, dos quais 97% reconhecem atualmente o nosso papel na preservação do oceano.

Após 25 anos de atividade, celebramos não apenas as nossas conquistas, mas também reforçamos a nossa intenção intocada de fazer cumprir, com cada vez maioreficácia, a nossa missão. A conservação dos oceanos é uma responsabilidade de todos. Apenas com a participação ativa e comprometida de cada um, incluindo a nossa ação enquanto instituição, podemos verdadeiramente preservar o oceano e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

José Soares dos Santos

25 ANOS OCEANÁRIO

28 MILHÕES DE VISITANTES E EMOÇÕES

O Oceanário de Lisboa nasceu com a Expo'98, a última exposição mundial do século XX, com o objetivo de manter vivo o mote «Oceanos - um património para o futuro».

Vinte e cinco anos depois, afirma-se como uma instituição de referência internacional pelo seu trabalho em prol do conhecimento e conservação da biodiversidade marinha. Um local único em Portugal, eleito 3 vezes como melhor aquário do mundo pelos visitantes, e visitado por mais de 28 milhões de visitantes. 28 milhões de pessoas que, através de uma experiência emocional, se aproximaram do oceano.

DIA DE ANIVERSÁRIO COM ENTRADAS GRATUITAS

Para celebrar de forma especial o seu aniversário, o Oceanário de Lisboa convidou os portugueses a visitar gratuitamente, oferecendo mais de 9.000 entradas gratuitas no dia 22 de maio.

PROGRAMAS E ATIVIDADES ESPECIAIS



A programação especial dos 25 anos ofereceu a possibilidade de participação gratuita em vários programas educativos, entre as quais: visitas guiadas ao aquário, sessões do novo programa para jovens «Rings of Ocean», a nova atividade para famílias e crianças «A Pequena Baleia», e, também o regresso à realização de visitas guiadas aos bastidores do Oceanário de Lisboa.



25 anos

25 NÚMEROS



8 000
ORGANISMOS
MARINHOS



7 000 000
LITROS ÁGUA
SALGADA



40 M
COMPRIMENTO
DO MAIOR
NATURE
AQUARIUM
DO MUNDO



40
PROJETOS
CONSERVAÇÃO
APOIADOS
DESDE 2007



+100
ESPÉCIES
TRANSFERIDAS
PARA OUTROS
AQUÁRIOS



1,8
MILHÕES DE EUROS
INVESTIDOS EM
PROJETOS DE
CONSERVAÇÃO
DESDE 2007

+500
ESPÉCIES



3
TONELADAS
SAL POR SEMANA



30 CM
ESPESSURA
MÁXIMA
ACRÍLICOS



+50
ESPÉCIES
REPRODUZIDAS



+600
ESPÉCIES
MARINHAS
PRÉ-AVALIADAS
PARA INTEGRAR
LIVRO VERMELHO



44
PUBLICAÇÕES
CIENTÍFICAS
ENTRE 2002 E 2022



+200
ANÁLISES
DIÁRIAS
À QUALIDADE
DA ÁGUA



350 KG
DE COMIDA
ADMINISTRADOS
POR SEMANA



51 000
HORAS
DE MERGULHO
POR ANO



2019
TRAVELLERS'
CHOICE®
tripadvisor®



2017
TRAVELLERS'
CHOICE®
tripadvisor®



2016
TRAVELLERS'
CHOICE®
tripadvisor®

3 VEZES
CONSIDERADO
MELHOR AQUÁRIO
DO MUNDO



28 000 000
DE VISITANTES
DE **198**
NACIONALIDADES



1 600 000
PARTICIPANTES
ATIVIDADES
EDUCATIVAS



1
DOS
18
CENTROS
PARA A
SOBREVIVÊNCIA
DAS ESPÉCIES A
NÍVEL MUNDIAL



+ 91 000
HORAS ABERTO
AO PÚBLICO



ABERTO
365
DIAS POR ANO



239 MUNICÍPIOS
+ 295 000
PESSOAS
SENSIBILIZADAS



35
AQUÁRIOS



3 000
PROFESSORES
FORMADOS EM TEMAS
SOBRE O OCEANO

JANEIRO

Eleito marca nº1 da Escolha do Consumidor na categoria de «espaços de lazer e entretenimento em Lisboa»



Campanha «**50% desconto 100% da experiência**» abrange 57.884 beneficiários



Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal
Workshop de avaliação do risco de extinção de 53 espécies

MARÇO

Introduzidas no estuário do Tejo mais de uma centena de marinhas nascidas no Oceanário de um grupo de 5 adultos resgatados em 2022 e que voltaram ao seu local de origem

Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal

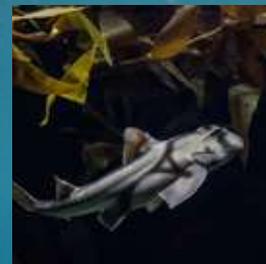
Workshop de avaliação do risco de extinção de 38 espécies

MAIO

Celebração especial dos 25 anos do Oceanário de Lisboa com oferta de entradas gratuitas no dia 22 de maio



10 anos de reprodução da espécie Tubarão-de-port-jackson no Oceanário de Lisboa



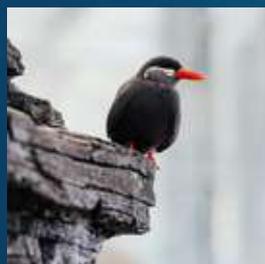
FEVEREIRO

Férias debaixo de água
Carnaval



ABRIL

6 Andorinhas-do-mar-inca [*Larosterna inca*] nascidas no Oceanário de Lisboa cedidas ao Singapura Zoological Garden



Nova edição da experiência «**Golfinhos no Tejo**» dá a conhecer a riqueza da foz do rio Tejo, acompanhado por um biólogo marinho

Novo programa «**a pequena baleia**» para famílias com crianças entre os 2 e os 4 anos

JUNHO

Campanha de comunicação «**Feels Like Home**» na cidade de Lisboa



2023

MÊS A MÊS

JULHO

Nova viola-barba-negra
[*Glaucostegus cemiculus*] no aquário central

Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal

Workshop de avaliação do risco de extinção de 46 espécies

Nova edição do «Manta Conservation Experience» junta o turismo e a conservação nos Açores

Novo ponto de venda do merchandising do Oceanário de Lisboa no aeroporto



OUTUBRO

Dia aberto ao professor

Oceanário de Lisboa oferece aos professores ação de formação sobre sustentabilidade



Aquário principal do *habitat* do Pacífico melhorado com polimento do acrílico

DEZEMBRO

Cavalos-marinhos resgatados em 2022 devolvidos ao *habitat* natural

6 Novas mantas [*Mobula hypostoma*] introduzidas no aquário central



AGOSTO

Jornada mundial da juventude 2023 traz 25.353 jovens de todo o mundo ao Oceanário de Lisboa para uma visita imersiva de contemplação do oceano

«Um mergulho no oceano» novo programa desafia os participantes a descobrir o mundo debaixo de água, numa experiência no mar de Sesimbra



SETEMBRO

Campanha «Agarra a Happy Hour» até aos 25 anos alcança 45.521 beneficiários

Nova série de separadores institucionais RTP 1 dedicada ao Oceanário de Lisboa

Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal

Workshop de avaliação do risco de extinção de 10 espécies



NOVEMBRO

3 Novas quimeras introduzidas na Galeria do Pacífico



2023

O ANO

O MAIOR NÚMERO DE
VISITANTES PORTUGUESES DE SEMPRE
OS MELHORES
RESULTADOS FINANCEIROS DE SEMPRE

1 383 747

VISITANTES
[+10% VS 2022]

88%

ÍNDICE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

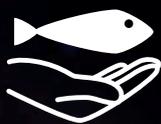
6,5 M€

RESULTADO LÍQUIDO
[+42% VS 2022]

1,3 M€

INVESTIMENTOS NO EQUIPAMENTO
[+79%€ VS 2022]





CENTRO PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ESPÉCIES

LIVRO VERMELHO DOS PEIXES MARINHOS DE PORTUGAL

AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES MARINHAS PRESENTES NA COLEÇÃO DO OCEANÁRIO

AVALIAÇÃO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS DAS ILHAS GALÁPAGOS



REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

16 ESPÉCIES ESTUDADAS

6 ESPÉCIES REPRODUZIDAS COM SUCESSO

31 ANIMAIS CEDIDOS A 3 AQUÁRIOS PÚBLICOS

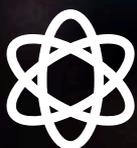
22 PROGRAMAS EUROPEUS DE REPRODUÇÃO



APOIO A PROJETOS DE CONSERVAÇÃO IN-SITU

3 PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS

8 PROJETOS APOIADOS COM UM TOTAL DE 88 MIL EUROS



CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA

6 PARTICIPAÇÕES EM ESTUDOS CIENTÍFICOS

2 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

7 COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS DA ESPECIALIDADE



EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

101 307 PARTICIPANTES ATIVIDADES EDUCATIVAS (+32% VS 2022)

CRIAÇÃO DE NOVOS PROGRAMAS EDUCATIVOS DENTRO E FORA DO ÁQUARIO

55 MILHÕES DE VISUALIZAÇÕES DE VÍDEOS DO OCEANÁRIO (+127% VS'22)

ENQUADRAMENTO

2023 foi um ano desafiante face ao contexto socioeconómico nacional e internacional. A economia da União Europeia sentiu o impacto da guerra da Rússia na Ucrânia, que teve consequências no aumento dos preços da energia, levando a atingir níveis elevados de inflação. As ruturas das cadeias de abastecimento, assim como o aumento dos custos de muitas matérias-primas, fizeram subir o custo dos alimentos e de outros bens e serviços básicos, o que colocou tensão nos negócios e levou à redução do rendimento disponível das famílias. A Comissão Europeia reviu em baixa a previsão de crescimento económico da zona Euro em 2023, com uma inflação de 2,7%, levando a taxa de crescimento a posicionar-se nos 0,6%.

O sector do turismo na Europa, que continuou a registar bons níveis de crescimento em 2023, voltou a sentir um impacto negativo devido à guerra no Médio Oriente, com o mercado global a abrandar 5 p.p. a partir de outubro de 2023.

Apesar deste contexto socioeconómico conturbado, o número de turistas estrangeiros que visitaram o Oceanário de Lisboa ao longo de 2023 apresentou um crescimento de 13% face ao ano anterior, ficando, no entanto, ainda aquém do nível de visitação verificado no período pré-pandemia.

O Oceanário de Lisboa conseguiu, ao longo de 2023, reforçar o sucesso da estratégia de captação de visitantes nacionais, registando um crescimento no número de visitantes portugueses de 7,4% face a 2022.



No ano em que comemora 25 anos desde a sua abertura ao público, no âmbito da EXPO'98 Exposição Mundial de Lisboa em 1998, o Oceanário de Lisboa regista o maior número de visitantes portugueses de sempre.

As estratégias de gestão e uma política comercial inovadora, implementadas no contexto de pandemia e que têm vindo a ser trabalhadas e otimizadas nos últimos dois anos, têm revelado excelentes resultados, gerando um reforço da rentabilidade da atividade desenvolvida, facto que culminou em 2023 com a apresentação dos melhores resultados financeiros de sempre.



O AQUÁRIO

EXPOSIÇÕES

O Oceanário de Lisboa mantém o seu foco na qualidade da coleção e das exposições, e na garantia do bem-estar dos animais, trabalhando na implementação de técnicas de manutenção e reprodução de espécies, em melhorias estéticas necessárias e em cuidados veterinários, ao nível dos mais elevados padrões internacionais.



« UM PLANETA, UM OCEANO »

Um grande aquário central, com 5 milhões de litros de água salgada. Quatro *habitats* marinhos criam a ilusão que estamos perante um só aquário e um só oceano. A visita desenrola-se em dois níveis, o terrestre e o subaquático, atravessando as águas temperadas, tropicais e frias dos diferentes oceanos do planeta.



« FLORESTAS SUBMERSAS BY TAKASHI AMANO »

A exposição apresenta o mundo natural através de uma perspetiva especial — um ambiente único onde a arte se funde magistralmente com a natureza das florestas tropicais, onde o visitante é levado para o mundo das sensações e emoções e extraviado do seu quotidiano para um universo precioso que o transporta para as origens da vida. Uma experiência que estimula os sentidos através do cheiro e dos sons da floresta.



« ONE , O MAR COMO NUNCA O SENTIU »

Instalação artística que retrata a ligação profunda do Homem com o mar e invoca a grandiosidade do oceano.

NOVOS ANIMAIS NA COLEÇÃO

DIABOS-DO-MAR-DO-ATLÂNTICO (*Mobula hypostoma*)

No aquário central foi introduzido um grupo de 6 diabos-do-mar-do-atlântico (*Mobula hypostoma*).



QUIMERAS (*Hydrolagus colliei*)

Foram introduzidas 3 novas quimeras (*Hydrolagus colliei*) na Galeria do Pacífico, que se juntaram ao grupo que se encontra no Oceanário de Lisboa desde 2000.



VIOLA-BARBA-NEGRA (*Glaucostegus cemiculus*)

Esta raia nasceu no final de 2021 no aquário de Nausicaa, França, ao abrigo de um programa de reprodução da EAZA. Trata-se de um macho que se vem juntar a uma fêmea já existente no aquário. Esta espécie ocorre na Europa e está avaliada como « criticamente em perigo » na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas.



REFORÇO DE VÁRIOS CARDUMES NO AQUÁRIO CENTRAL

A adição de exemplares de várias espécies já existentes no aquário central veio renovar os grupos com vários animais em fim de vida. São exemplos as espécies:

XARÉU-MACOA (*Caranx hyppos*)

XARÉU-AZUL (*Caranx crysos*)

BARRACUDA-GIGANTE (*Sphyraena barracuda*)

RONCADOR-LISTRADO-AMERICANO (*Anisostremus virginicus*)

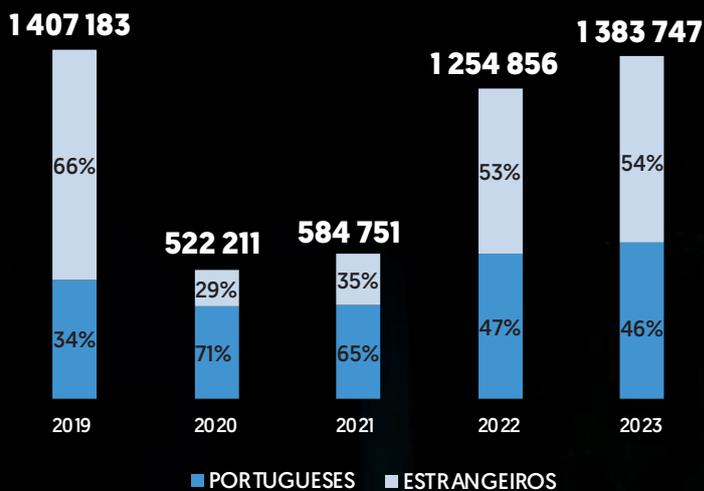


VISITANTES

1 383 747 [+10% VS 2022]

A atividade desenvolvida ao longo de 2023 permitiu alcançar um total de 1 383 747 visitantes, representando um crescimento de 10% face a 2022.

O número de visitantes de nacionalidade estrangeira foi de 753.103, representando um crescimento de 13% face a 2022. O número de visitantes portugueses continuou a registar uma evolução sustentada de crescimento, fruto da estratégia comercial implementada ao longo dos últimos anos, que assenta na dinamização de campanhas comerciais que visam promover a visita e maximizar o seu impacto junto de diferentes públicos-alvo. Tal estratégia tem permitido aumentar o nível de visitação do Oceanário de Lisboa, registando em 2023 o maior número de sempre visitantes de nacionalidade portuguesa, com 630.644 visitantes, correspondendo a um crescimento de 7% face ao ano anterior e um aumento de 31% face a 2019. Tal nível de visitação foi preponderante para o excelente desempenho financeiro alcançado: em 2023 o Oceanário de Lisboa registou os melhores resultados financeiros de sempre, gerando 6,5 milhões de euros de Resultados Líquidos.



88%

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

Índice que avalia a satisfação dos visitantes sob vários aspetos, como a satisfação global da visita, a simpatia no acolhimento, o tempo de espera, a qualidade das infraestruturas e a informação disponível. Este valor registou uma ligeira descida de 2% face ao ano anterior.

36%

PERCEÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DE CONSERVAÇÃO

dos visitantes perceciona o Oceanário de Lisboa como uma instituição de conservação, tendo-se registado o aumento de 1% face ao ano anterior.

97%

CUMPRE A MISSÃO

dos visitantes considera que o Oceanário de Lisboa cumpre a sua missão de «Promover o conhecimento dos oceanos, sensibilizando os cidadãos em geral para o dever da conservação do património natural, através da alteração dos seus comportamentos». Este valor é o mesmo que o registado no ano anterior.

CAMPANHAS COMERCIAIS

O desenvolvimento de campanhas comerciais destinadas a públicos específicos, como crianças, jovens, famílias ou seniores, potenciaram a visitação, tendo registado níveis de adesão muito significativos. É expectativa que estas iniciativas possam criar hábitos de visitação regular ao Oceanário de Lisboa, tornando-o um ponto de visita a considerar num contexto de lazer ou de atividade familiar.



57 884
beneficiários

50% DE DESCONTO PARA VISITAS A PARTIR DAS 17H
PREÇO MÉDIO 9,18€/VISITANTE



17 416
beneficiários

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PESSOAS COM +65 ANOS
PREÇO MÉDIO 9,14€/VISITANTE



5 706
beneficiários

OFERTA DE BILHETE DE CRIANÇA A PARTIR DAS 17H
PREÇO MÉDIO 10,25€/VISITANTE



45 523
beneficiários

HAPPY-HOUR PARA JOVENS
PREÇO MÉDIO 8,82€/VISITANTE



25 353
beneficiários

PARTICIPANTES DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE
PREÇO MÉDIO 9,27€/VISITANTE



21 898
beneficiários

OFERTA DE BILHETE DE CRIANÇA
PREÇO MÉDIO 11,23€/VISITANTE



10 637
beneficiários

HAPPY-WEEK
PREÇO MÉDIO 12,90€/VISITANTE

LOJA

99%

PRODUTOS SUSTENTÁVEIS E O MAIOR VOLUME DE VENDAS DE SEMPRE

A definição de padrões de sustentabilidade para as coleções e produtos da loja do Oceanário de Lisboa possibilitou o desenvolvimento de merchandising exclusivo, assente em modos de produção e práticas sustentáveis, que estão já refletidos em 99% dos produtos à venda na loja.

Tal estratégia resultou na criação e ampliação do portfólio sustentável, abrangendo novas categorias, produtos, design, além da expansão da distribuição e conquista de novos pontos de venda e exposição, tanto a nível nacional quanto internacional.

Estas ações permitiram registar o maior volume de vendas de sempre, com uma receita global anual de 2,3 milhões de euros.

O aumento e diversificação dos pontos de venda permitirá, simultaneamente, desenvolver no futuro uma maior capacidade para produção, divulgação e venda dos produtos de *merchandising* do Oceanário de Lisboa.



BILHETEIRA

ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Em 2023, o Oceanário de Lisboa manteve disponíveis 4 tipologias de bilhetes, tendo ajustado o preço a partir de 1 de junho, de acordo com a tabela seguinte:

	A PARTIR DE 01.JUN.2023
0 - 2 anos	Grátis
3 - 12 anos	15 €
13 - 64 anos	25 €
+ 65 anos	17 €



CERTIFICAÇÕES E ACREDITAÇÕES

O Oceanário de Lisboa assume como estratégia de desenvolvimento a manutenção de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente, certificado segundo as normas internacionais ISO9001, ISO14001 e EMAS.



DECLARAÇÃO AMBIENTAL EMAS

O Oceanário de Lisboa dá a conhecer a todas as partes interessadas as suas políticas, procedimentos e práticas ambientais, constituindo um elemento essencial de comunicação dos resultados de desempenho ambiental das atividades desenvolvidas. Esta declaração é requisito obrigatório no registo do EMAS e toda a informação foi auditada e verificada pela SGS e Agência Portuguesa do Ambiente.

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

MARCA Nº1 DA ESCOLHA DO CONSUMIDOR
PRÉMIO CINCO ESTRELAS REGIÕES
TRIPADVISOR TRAVELLERS' CHOICE





EQUIPAMENTOS

A manutenção de todas as infraestruturas e equipamentos é fundamental para assegurar a qualidade das instalações, das exposições, das áreas técnicas e de trabalho e dos espaços de visita e de utilização pelo público. Realizaram-se, em 2023, um conjunto de intervenções, das quais se destacam pelo seu impacto direto na atividade: a remodelação de espaços afetos a colaboradores, a substituição de um equipamento crítico para a instalação e duas ações de beneficiação de espaços da exposição.

RENOVAÇÃO DAS SALAS DE CULTIVOS AUXILIARES E REPRODUÇÃO DE TELEÓSTEOS

Em 2023 foi desenvolvido o projeto de remodelação das salas de reprodução, cultivos auxiliares e laboratório de medusas. A renovação dos espaços e equipamentos aumentará a capacidade da atividade do Oceanário de Lisboa nestas áreas, especialmente na reprodução de teleósteos, que beneficiará da possibilidade de um crescimento exponencial dos cultivos auxiliares e, com isso, avançar com a reprodução de espécies tropicais.

RENOVAÇÃO DO LABORATÓRIO DE MEDUSAS

A renovação inclui a introdução de novos sistemas de suporte de vida para os aquários das medusas, mais adequados às necessidades atuais da área. A reorganização do espaço foi pensada de forma a tornar o trabalho mais ágil e eficiente, aumentando a capacidade de trabalho com mais espécies em simultâneo. As obras iniciaram em novembro de 2023 e prevê-se a sua conclusão durante o primeiro trimestre de 2024.

REMODELAÇÃO DOS BALNEÁRIOS

Com o propósito de melhorar as condições de trabalho dos colaboradores e a funcionalidade de um espaço primordial para a operação do Oceanário de Lisboa, como são os balneários que servem de apoio à atividade de mergulho, foram realizadas obras de remodelação que permitiram dotar os espaços com ambientes mais confortáveis e funcionais para quem os utiliza.

SUBSTITUIÇÃO DO GERADOR DE OZONO DO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁGUA DOS AQUÁRIOS

A utilização de ozono é fundamental para a salvaguarda do bem-estar dos animais, e nesse sentido, procedeu-se à substituição do equipamento pertencente ao sistema de recuperação de água dos aquários. O novo gerador de ozono instalado apresenta uma tecnologia, mais eficiente, capaz de permitir um controlo mais refinado e adaptado às necessidades da instalação.

POLIMENTO INTERIOR E EXTERIOR DE JANELA DE ACRÍLICO DO HABITAT DO PACÍFICO

Procedeu-se ao polimento de uma das janelas de acrílico do *Habitat* do Pacífico, nas suas faces exterior (seca) e interior (submersa). A operação permitiu aumentar a qualidade da exposição.

SUBSTITUIÇÃO DE DIVERSOS ENVIDRAÇADOS NAS COBERTURAS DOS HABITATS DO ÍNDICO E PACÍFICO

Efetou-se a substituição de diversos envidraçados que se encontravam fraturados, nas coberturas dos *Habitats* do Índico e Pacífico. Constituíram intervenções delicadas, dada a localização dos mesmos, mas que se refletiram num aumento da qualidade de visita dos espaços em causa.

CENTRO PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ESPÉCIES

O Oceanário de Lisboa integra a Rede Internacional de Centros para a Sobrevivência de Espécies («Center for Species Survival») da IUCN SSC – União Internacional para a Conservação da Natureza.

A equipa de «Species Survival Officers» do Oceanário de Lisboa trabalha com a «Marine Biodiversity Unit» nas avaliações de risco de extinção das espécies marinhas. O trabalho tem como foco especial a avaliação de risco referente às espécies presentes na coleção do Oceanário de Lisboa, bem como o projeto da produção do Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal.

LIVRO VERMELHO DOS PEIXES MARINHOS DE PORTUGAL

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul, em colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas [ICNF] e com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, está a desenvolver o novo «Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal». Este projeto resultará num documento público com a melhor informação disponível relativa ao risco de extinção das cerca de 1.050 espécies de peixes marinhos que habitam as águas portuguesas.

Em 2023 foram concluídas mais 374 pré-avaliações de espécies de peixes marinhos portugueses, o que totaliza 680 pré-avaliações desde o início do projeto, que equivalem a 65% das espécies totais. Destas, 566 têm a revisão concluída, incluindo a informação relativa à taxonomia, distribuição, população, *habitat* e ecologia, ameaças e medidas de conservação encontradas em artigos científicos e relatórios.

7 WORKSHOPS

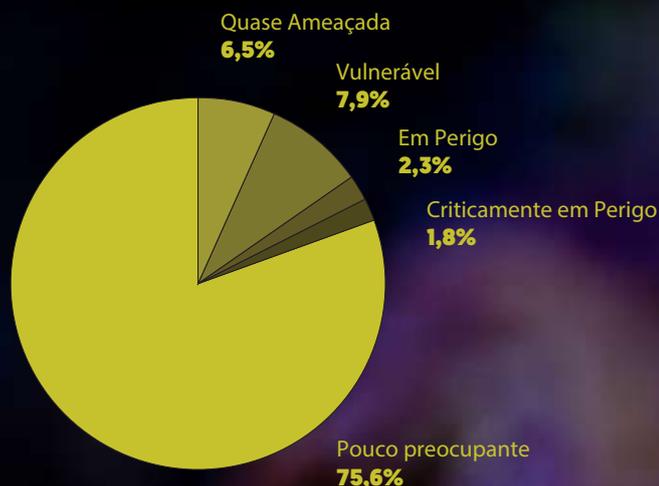
25 INVESTIGADORES

9 INSTITUIÇÕES NACIONAIS

374 PRÉ-AVALIAÇÕES DE ESPÉCIES DE PEIXES MARINHOS PORTUGUESES

AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS PRESENTES NA COLEÇÃO DO OCEANÁRIO

As espécies marinhas presentes na coleção do Oceanário de Lisboa apresentam a seguinte avaliação de risco de extinção,:



Considerando a última atualização da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza, publicada em dezembro de 2022, 26,9% das espécies presentes na coleção do Oceanário de Lisboa ainda não se encontram avaliadas. Note-se, no entanto, que há avaliações que se encontram já em curso e foram já submetidas, mas ainda não foram publicadas.

AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DE 101 ESPÉCIES MARINHAS DAS ILHAS GALÁPAGOS

No âmbito do contributo do Oceanário de Lisboa para a *Marine Biodiversity Unit* da IUCN, foram publicadas 101 avaliações de espécies de peixes e esponjas endémicos das Ilhas Galápagos, avaliações que contaram com o trabalho colaborativo do Oceanário de Lisboa.



REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

O Oceanário de Lisboa conta com uma equipa especializada, integralmente dedicada à reprodução de espécies marinhas, que investiga, desenvolve e implementa processos e técnicas de reprodução, permitindo ao Oceanário de Lisboa ser pioneiro na reprodução de várias espécies.

Em 2023 foram consolidados os conhecimentos adquiridos nos anos anteriores e, em conjunto com o desenvolvimento dos cultivos auxiliares, foi possível avançar com protocolos de desenvolvimento larvar mais complexos.

6 ESPÉCIES REPRODUZIDAS COM SUCESSO

16 ESPÉCIES ESTUDADAS

31 ANIMAIS CEDIDOS A 3 AQUÁRIOS

22 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE REPRODUÇÃO DE 22 ESPÉCIES

6 ESPÉCIES REPRODUZIDAS COM SUCESSO

PEIXES OSSÉOS



CASTANHETA-DAS-ROCHAS

[Abudefduf saxatilis]



LORCHA-PINTADA

[Oxylebius pictus]

CORAIS



GORGÓNIA-ROSA

[Eunicella verrucosa]



GORGÓNIA-DE-GRAY

[Paramuricea grayi]

EQUINODERMES



ESTRELA-DO-MAR-MORCEGO

[Patiria miniata]

GASTRÓPODES



CARACOL-TROCHUS

[Trochus sp.]

PROGRAMAS EUROPEUS DE REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Os programas europeus de reprodução integram uma rede de aquários e organizações que se dedicam à reprodução e manutenção de espécies marinhas e que, num trabalho articulado de colaboração, procuram criar, aumentar e disseminar o conhecimento adquirido e os níveis de sucesso na área da reprodução. O Oceanário de Lisboa continua a assegurar a sua participação ativa em Programas Europeus de Reprodução de um conjunto alargado de espécies marinhas.

- | Tubarão-Zebra (*Stegostoma fasciatum*)
- | Tubarão-de-pontas-negras (*Carcharinus melanopterus*)
- | Tubarão-corre-costa (*Carcharinus plumbeus*)
- | Andorinha-do-mar-Inca (*Larosterna inca*)
- | Cavalo-marinho (*Hippocampus hippocampus*)
- | Cavalo-marinho-do-focinho-comprido (*Hippocampus guttulatus*)
- | Tubarão-cornudo (*Heterodontus francisci*)
- | Pinguim-de-magalhães (*Spheniscus magellanicus*)
- | Viola-comum (*Rhinobatos rhinobatos*)
- | Tubarão-touro (*Carcharias taurus*)
- | Quimera (*Hydrolagus colliei*)
- | Ratão-águia (*Myliobatis aquila*)
- | Ratão-bispo (*Aetomylaeus bovinus*)
- | Tubarão-leopardo (*Triakis semifasciata*)
- | Raia-pontuada (*Raja brachyura*)
- | Viola-barba-negra (*Glaucostegus cemiculus*)
- | Raia-curva (*Raja undulata*)
- | Raia-lenga (*Raja clavata*)
- | Uge-leopardo (*Himantura undulata*)
- | Uge-americana (*Hypanus americanus*)
- | Pata-roxa-gata (*Scylliorhinus stellaris*)
- | Raia-focinho-de-vaca (*Rhinoptera bonasus*)



31 ANIMAIS CEDIDOS A 3 AQUÁRIOS PÚBLICOS

Em resultado do trabalho desenvolvido e no âmbito dos processos e protocolos de reprodução de espécies marinhas realizados no Oceanário de Lisboa, foi possível ceder a outros aquários públicos exemplares de animais nascidos no Oceanário de Lisboa.



5 BODIÕES-RETICULADO (*Labrus bergylta*)

Zoo de Roterdão, Países Baixos



20 MEDUSAS-DE-PINTAS (*Phyllorhiza punctata*)

Malmo Aquarium, Suécia



6 ANDORINHAS-DO-MAR-INCA (*Larosterna inca*)

Singapore Zoological Gardens, Singapura

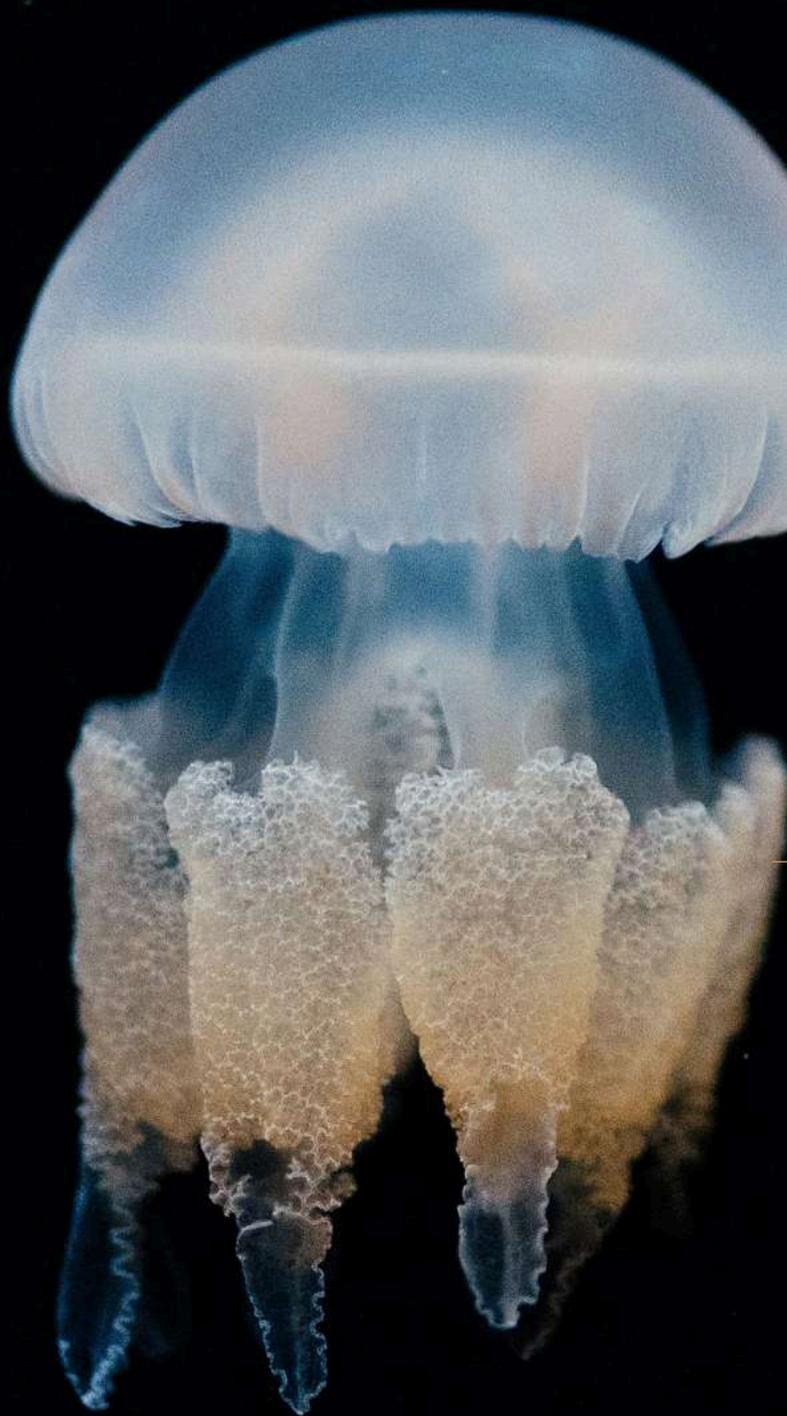
CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA

Uma das vertentes de contribuição do Oceanário de Lisboa para a conservação dos oceanos passa pela promoção do conhecimento científico sobre as espécies presentes na sua coleção biológica. O trabalho que desenvolve nesta área e a partilha de conhecimento e experiência que concretiza com uma rede internacional de instituições similares permite ao Oceanário de Lisboa ser um promotor e parceiro importante no trabalho colaborativo para a conservação e para a ciência.

6 PARTICIPAÇÕES EM
ESTUDOS CIENTÍFICOS

2 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

7 COMUNICAÇÕES
EM CONGRESSOS
DA ESPECIALIDADE



6 PARTICIPAÇÕES EM ESTUDOS CIENTÍFICOS

«LARVAL SETTLEMENTS AMONG DIFFERENT SUBSTRATES IN THE REEF-BUILDING CORAL *ACROPORA TENUIS*»

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

1 ARTIGO EM PREPARAÇÃO

«IDENTIFICAÇÃO DE LARVAS DE PEIXES TROPICAIS ATRAVÉS DE DNA BARCODING»

ISPA - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

1 ARTIGO EM PREPARAÇÃO

«TOWARDS CONTROLLING THE REPRODUCTIVE CYCLE OF AZOOXANTHELLATE GORGONIANS IN CULTIVATION: DIET AND ENVIRONMENTAL DRIVERS»

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

1 ARTIGO EM PREPARAÇÃO

«BEHAVIORAL BUDGETS AND EFFECTS OF ENVIRONMENTAL ENRICHMENT ON THE ACTIVITIES OF SEA OTTERS (*ENHYDRA LUTRIS*) AT OCEANÁRIO DE LISBOA»

ISPA - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

«EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS DE CULTIVO E MANUTENÇÃO DE *CATOSTYLUS TAGI* NO OCEANÁRIO DE LISBOA» [EM CURSO]

UNIVERSIDADE DO PORTO

MEDUSAS-DO-TEJO (*CATOSTYLUS TAGI*)

Desde 2019, desenvolveu-se um trabalho de investigação do ciclo de vida da *Catostylus tagi* e foram sendo aperfeiçoadas as técnicas da sua reprodução e manutenção, permitindo, pela primeira vez, em 2022, finalizar o ciclo da reprodução. Em 2023 deu-se continuidade ao estudo do ciclo de vida desta medusa, através dos ensaios integrados no âmbito da tese de mestrado de um aluno da Universidade do Porto.

2 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

«IMPACTS OF ACUTE HYPOXIA ON THE SHORT-SNOUDED SEAHORSE METABOLISM AND BEHAVIOUR.»

Gomes, M., Lopes, V. M., Mai, M. G., Paula, J. R., Bispo, R., Batista, H., ... & Pimentel, M. S. [2023]. The Science of the Total Environment 904, 166893.

«DA MANUTENÇÃO DE ESPÉCIMES EM ZOOS E AQUÁRIOS: HISTÓRIA, VALORES E A RESPONSABILIDADE DE MUDAR O MUNDO PARA MELHOR.»

Oliveira, M.T.[2023]. Revista Jurídica Luso-Brasileira 9, no. 3 [2023]: 805-834

REALIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Numa estratégia colaborativa e de partilha de informação com organizações congéneres, o Oceanário de Lisboa deu continuidade à sua participação assídua e empenhada nos principais eventos e congressos nacionais e internacionais, tendo realizado um conjunto de 7 comunicações em 6 conferências e congressos, que abordam temas essenciais relacionados com a manutenção e gestão de um aquário público.

BLOOD COLLECTION UNDER ANESTHESIA HEMATOLOGY PLASMA

Hugo David, Hugo Batista, Vanessa Quina, Núria Baylina, Nuno Pereira, Pablo Morón-Elorza
IAAAM Conference, maio 2023

SUPERFICIAL KERATECTOMY IN A MOSSY FROG

Hugo David, Nuno Pereira, Raul Gouveia, Ana Amorim
The Zoo and Wildlife Health Conference, junho 2023

TELEOST AND INVERTEBRATE BREEDING AT OCEANARIO DE LISBOA

Núria Baylina
EUAC Annual Conference, Açores, setembro 2023

CENTER FOR SPECIES SURVIVAL – PORTUGAL: OCEANÁRIO DE LISBOA

Ana Raposo
EUAC Annual Conference, Açores, setembro 2023

MARINE TELEOST BREEDING AT OCEANÁRIO DE LISBOA

Catarina Barraca
Larval Fish Conference, Lisboa, maio 2023

SUCCESS TRIALS IN THE PRODUCTION OF CATOSTYLUS TAGI

Hugo Batista
RAW, Iowa, EUA, maio 2023

TECHNOLOGY AT THE SERVICE OF OCEAN CONSERVATION

João Ribeiro
7th World Engineers Convention, Praga, República Checa, outubro 2023

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE REFERÊNCIA

O Oceanário de Lisboa participa em diversos comités e associações nacionais e internacionais, contribuindo para a tomada de decisões na esfera das organizações de referência relacionadas com a gestão de aquários públicos e conservação dos oceanos.

- | EUROPEAN UNION OF AQUARIUM CURATORS (PRESIDÊNCIA ATÉ OUTUBRO 2023)
- | EUROPEAN UNION OF AQUARIUM CURATORS (COMITÉ EXECUTIVO)
- | EUROPEAN ASSOCIATION OF ZOO AND AQUARIA (EAZA)
(COMITÉ EXECUTIVO, COMITÉ DE COMUNICAÇÃO, COMITÉ DE AQUÁRIO: ATÉ OUTUBRO 2023)
- | JELLYFISH TAXON ADVISORY GROUP OF EAZA (COORDENAÇÃO)
- | STEERING COMMITTEE OF ELASMOBRACH TAXON ADVISORY GROUP DA EAZA (MEMBRO)
- | EEP DA UGE-DE-PINTAS-AZUIS (COORDENAÇÃO)
- | SPECIES COMMITTEE OF EEP DOS PINGUINS-DE-MAGALHÃES
- | EAZA BIOBANK WORKING GROUP
- | EAZA RECORDS WORKING GROUP
- | EAZA GROUP MANAGEMENT INITIATIVE
- | CENSO EUROPEU DE ELASMOBRANQUIOS (COORDENAÇÃO)
- | SHARK SPECIALIST GROUP OF IUCN
- | GRUPO DE TRABALHO “ANIMAL DISPOSITIONS” DA EUROPEAN UNION OF AQUARIUM CURATORS

PARTICIPAÇÃO NO «AZA SAFE FOR SUNFLOWER SEA STAR»

O Oceanário de Lisboa integrou as equipas de cultivo larvar e de criopreservação do projeto “SAFE” dedicado à estrela-do-mar-girassol (*Pycnopodia helianthoides*), da Association of Zoos & Aquariums, pretendendo, assim, contribuir para a conservação desta espécie.

CONSERVAÇÃO

A intervenção do Oceanário de Lisboa contempla a participação e apoio a projetos de conservação *in-situ* inéditos que poderão contribuir de forma decisiva para a conservação de diferentes espécies e *habitats* ameaçados e da biodiversidade marinha em geral.

Os projetos de conservação *in-situ* constituem uma ferramenta fundamental para garantir a saúde e a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos, desempenhando um papel importante na proteção de *habitats* e espécies marinhas, na promoção da resiliência dos ecossistemas e na sensibilização pública.

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE CONSERVAÇÃO *IN-SITU*

RESHARK

O Oceanário de Lisboa é membro fundador da iniciativa RESHARK que engloba aquários, ONG dedicadas à conservação, organizações governamentais, e universidades, com o objetivo de promover a conservação de elasmobrânquios, através de introduções e translocações de animais provenientes de reprodução em aquários e da utilização das suas valências, competências e recursos.

STAR PROJECT

THE *STEGOSTOMA TIGRINUM* AUGMENTATION AND RECOVERY

O primeiro projeto da iniciativa RESHARK é dedicado à recuperação da população da espécie tubarão-zebra (*Stegostoma tigrinum*) nas Áreas Marinhas Protegidas de Raja Ampat, na Indonésia.

CAPTIVE BREEDING WORKSHOP FOR THE MAUGEAN SKATE (*ZEARAJA MAUGEANA*)

O Oceanário de Lisboa foi convidado a participar como especialista internacional, neste *workshop*, cujos resultados contribuíram para a definição do Plano de Ação para a Conservação da espécie de espécie raia-maugean (*Zearaja Maugeana*), publicado pelo *Department of Natural Resources and Environment* da Tasmânia.

DEVOLUÇÃO À NATUREZA DE CAVALOS-MARINHOS

Em 2022, o Oceanário de Lisboa juntou-se se à equipa do ICNF e do MARE-ISPA no resgate de uma população de cavalos-marinhos que ficaram em perigo após o colapso de um dos pontões da Trafaria, em Almada. Em outubro de 2023, o grupo de cavalos-marinhos foi devolvido à natureza, num trabalho resultante da colaboração entre o Oceanário de Lisboa, o MARE-ISPA e o ICNF.





8 PROJETOS APOIADOS COM UM TOTAL DE 88 MIL EUROS

CRIAR CONHECIMENTO SOBRE ESPONJAS E CORAIS DE PROFUNDIDADE NA COSTA PORTUGUESA

DEEPBASELINE

2019-2023 | Portugal

PARCEIROS/ENTIDADES: CIIMAR, IPMA, Universidade dos Açores

GARANTIR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À SOBREVIVÊNCIA DAS TARTARUGAS MARINHAS

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2012-2023 | São Tomé

PARCEIROS/ENTIDADES: Associação Programa Tatô

AUMENTAR O CONHECIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE MOBULAS

MANTA CATALOG AZORES

2017-2023 | Açores e Atlântico Este

CARACTERIZAR A UTILIZAÇÃO DAS ESPÉCIES DE ATUM NA INDÚSTRIA CONSERVEIRA PORTUGUESA

TUNAPRINT - THE TUNA BEHIND THE CAN

2019-2023 | Portugal

PARCEIROS/ENTIDADES: MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

AVALIAR O IMPACTO DA PESCA NA ABUNDÂNCIA E DIVERSIDADE DE TUBARÕES E RAIAS EM ANGOLA

ANGOLA ELASMO PROJECT

2021-2023 | Angola

PARCEIROS/ENTIDADES: Ludwig-Maximilians - University of Munich

MONITORIZAR AS CAPTURAS ACESSÓRIAS DE TUBARÕES E RAIAS DE ESPÉCIES AMEAÇADAS E IDENTIFICAR ZONAS PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO

SHARKCAM

2023-2024 | Malásia

PARCEIROS/ENTIDADES: SeaTheFuture/ Marine Research Foundation

AVALIAR A IMPORTÂNCIA DAS GALÁPAGOS PARA A REPRODUÇÃO DO TUBARÃO-BALEIA

GALAPAGOS WHALE SHARK PROJECT

2023-2024 | Equador

PARCEIROS/ENTIDADES: SeaTheFuture / Galapagos whale Shark Project

APOIAR A REPLANTAÇÃO DE MANGAL E IMPLEMENTAR A ATIVIDADE DE APICULTURA COMO FONTE ALTERNATIVA DE RENDIMENTO PARA AS COMUNIDADES

PLAN BEE FOR MANGROVES

2023-2024 | Haiti

PARCEIROS/ENTIDADES: SeaTheFuture / FoProBim

EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Em 2023, o Oceanário de Lisboa consolidou a sua estratégia educativa, focada no desenvolvimento de novos programas escolares, dentro e fora do Oceanário, numa maior e mais impactante interação com os visitantes no Aquário, na utilização da comunicação como ferramenta educativa e no envolvimento da comunidade em experiências e formações únicas. O programa educativo do Oceanário atingiu novos patamares de inovação e ambição com o objetivo de formar uma sociedade mais consciente.



101 307 [+32% VS 2022]
PARTICIPANTES
ATIVIDADES EDUCATIVAS



EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

PROGRAMAS ESCOLARES

57 736 PARTICIPANTES

Com atividades educativas originais, diferenciadoras e inesquecíveis, o Oceanário de Lisboa deu a conhecer o oceano e os seus habitantes, estimulando uma cidadania ambiental mais ativa. O Oceanário tem 25 programas diferentes, destinados a todos os ciclos de ensino, validados pela Direção Geral de Educação e articulados com as Aprendizagens Essenciais. Em 2023, foi lançado um novo desafio, com a renovação de programas educativos relacionados com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Os participantes aprenderam com os habitantes do oceano a mudar por um futuro mais sustentável.

PROGRAMAS NAS ESCOLAS

3 006 PARTICIPANTES

A literacia do oceano não deve ter limites, por isso, o Oceanário de Lisboa leva os segredos mais bem guardados do mundo marinho às escolas. Com os programas Planeta Oceano e Plasticologia Marinha, os alunos podem participar ativamente numa visita de estudo educativa e divertida, sem sair da escola.

PLANETA OCEANO

Durante este programa realizado nos auditórios das escolas, os participantes respondem a questões essenciais sobre o mundo marinho e são discutidas tendências atuais como a sustentabilidade, a conservação, a economia circular, o lixo marinho e a biotecnologia azul. Conhecer e compreender a relação entre o oceano e os humanos é essencial para uma sociedade responsável, capaz de agir e mobilizar os outros em prol de um futuro sustentável.

PLASTICOLOGIA MARINHA

Em sala de aula, os participantes descobrem a origem do plástico, o caminho que percorre no oceano e a sua interação e impacto nos ecossistemas marinhos. Se alterarmos comportamentos podemos garantir um futuro sustentável e em equilíbrio com a natureza.



OCEAN LEADERS SCHOOL TOURS

3 688 PARTICIPANTES

Os Ocean Leaders são atletas portugueses de referência internacional em desportos aquáticos, que através das suas experiências pessoais têm a capacidade de despertar o interesse e envolver os jovens, promovendo a ligação emocional ao oceano e às espécies marinhas.

Joana Schenker, campeã mundial de bodyboard, e Frederico Morais, a competir no campeonato mundial de surf, reforçaram em 2023 a sua ação de liderança em prol do oceano, através da realização de palestras inspiradoras dirigidas às escolas, presencialmente ou em formato *online*.

PROGRAMAS ESPECIAIS

25 847 PARTICIPANTES

Atividades únicas no aquário, que juntam a família ou os amigos, para comemorar eventos especiais ou para contemplar a beleza da biodiversidade marinha. Assim, mobilizam-se os participantes de todas as idades para a conservação do oceano. Em 2023, para chegar a novos públicos foram criados os novos programas «A pequena baleia», destinado a famílias com crianças entre os dois e os quatro anos, e «Rings of ocean» para jovens entre os 18 e os 25 anos.

A PEQUENA BALEIA

A história da amizade improvável entre um menino e uma baleia desafia os mais pequenos a descobrir como podem ser amigos do oceano. Nas páginas de uma visita muito especial ao Oceanário, está escondido um abraço caloroso dos pinguins, a magia de bicos de muitas cores e todas as canções que o oceano sabe cantar.

RINGS OF OCEAN

Um novo e emocionante programa de grupo que desafia o conhecimento dos jovens sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um jogo de cartas que leva a descobrir os segredos da sustentabilidade ao longo do aquário. Os participantes têm de ultrapassar dez desafios sobre os ODS, acumular pontos e conquistar o prémio final. Pelo caminho descobrem as várias ameaças que o oceano enfrenta, bem como soluções inovadoras e práticas sustentáveis que podem adotar.

EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

OCEAN EXPERIENCES

568 PARTICIPANTES

Experiências de imersão nos ecossistemas marinhos, com uma forte componente educativa, com o objetivo envolver os participantes e promover a sua ligação à biodiversidade, de forma a inspirar para uma cidadania azul.

UM MERGULHO NO OCEANO

O Oceanário desafia a descobrir o mundo de baixo de água, em mergulho ou em snorkeling, numa experiência sem igual nas águas de Sesimbra. Os participantes desfrutam desta experiência imersiva e em contacto direto com o meio marinho, enquanto contribuem para a conservação, através do envolvimento na ciência cidadã.

GOLFINHOS NO SADO

Os participantes embarcam numa viagem à descoberta da comunidade de golfinhos do Sado, pelas magníficas paisagens do estuário, pela costa de Troia e da Arrábida, acompanhada por um educador marinho. Mais do que observar e ficar fascinado com uma espécie emblemática, é uma oportunidade de contribuir diretamente para a sua conservação, através da ciência cidadã.



PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA EMPRESAS

SEASTAINABILITY

783 PARTICIPANTES

O programa de formação para empresas mostra que o caminho para o desenvolvimento sustentável exige uma transformação nos valores, nas atitudes e na nossa forma de pensar e agir. Através dos vários módulos deste programa — sustentabilidade, alterações climáticas e lixo marinho e de atividades de *teambuilding* limpeza de praia, observação de golfinhos, *pedi-paper* no Oceanário de Lisboa ou *workshop* de economia circular, os participantes são desafiados a dar o passo que falta para uma maior sustentabilidade. Em 2023, as ações de formação continuaram a atravessar fronteiras e, num novo formato de webinar, foram realizadas em vários países do mundo: Portugal, Europa Central, Índia, China, Brasil, Espanha, América Latina, Austrália e Nova Zelândia.

REVISTA DIGITAL MENSAL PARA PROFESSORES

UM OCEANO PARA ENSINAR

Para continuar a contribuir para uma comunidade escolar mais consciente da importância do oceano, o Oceanário de Lisboa desenvolveu conteúdos gratuitos, preparados exclusivamente para professores, com atividades para realizar com os alunos e muitas curiosidades sobre o trabalho realizado no Oceanário e as espécies que fazem do aquário, sobre o oceano e sustentabilidade. Em 2023, foram lançadas doze edições.

DIRETOS NAS REDES SOCIAIS

Para contribuir para uma comunidade mais consciente da importância do oceano, o Oceanário de Lisboa disponibiliza várias iniciativas digitais com conteúdos que promovem a literacia do oceano. Nas redes sociais, todos os meses foram realizados diretos no Instagram, que mostram as exposições, os animais e o trabalho de investigação realizado.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A comunicação do Oceanário de Lisboa tem como objetivo contribuir para a missão de promover o conhecimento do oceano e sensibilizar para o dever da conservação, fazendo chegar a todos, os importantes temas e questões relacionadas com o oceano.



1.069 NOTÍCIAS



155 MIL FÃS



25,6 MILHÕES
AUDIÊNCIA TELEVISIVA



74 MIL SEGUIDORES



2,3 MILHÕES VISITAS WEBSITE



55 MILHÕES
VISUALIZAÇÕES DE VÍDEOS

**28 MILHÕES
DE VISITANTES
E EMOÇÕES.**

Beatriz

**1ª VEZ NO
OCEANÁRIO**

Carlos

**5ª VEZ NO
OCEANÁRIO**

«25 ANOS DO OCEANÁRIO DE LISBOA. 28 MILHÕES, DE VISITANTES E EMOÇÕES.»

A celebração dos 25 anos do Oceanário de Lisboa reforçou o posicionamento da marca e presença na memória dos portugueses, como um lugar a visitar por todas as idades. Uma ampla comunicação permitiu a divulgação transversal, em diversos canais e segmentos, da informação ao entretenimento. Nas plataformas digitais, o aniversário foi assinalado com publicações de histórias, factos e curiosidades, desde a construção até ao presente. O aniversário inaugurou também uma rubrica de partilha de conteúdos dos visitantes, o «Oceanário pela sua lente», que promoveu a partilha de centenas de imagens capturadas pelos visitantes através da menção ao Oceanário.

SEPARADORES INSTITUCIONAIS DA RTP1 DEDICADOS AO OCEANÁRIO

O canal de televisão RTP1 lançou, em setembro, uma série de separadores institucionais dedicada ao Oceanário de Lisboa, tornando-o visível e presente na memória de telespectadores de todas as idades. Dezenas de pequenos filmes que retratam o trabalho dos aquaristas, como a alimentação das lontras e dos pinguins e a manutenção do aquário central, foram desde então emitidos, nos intervalos publicitários do canal público, ampliando a projeção do Oceanário do Lisboa.

CAMPANHA «FEELS LIKE HOME» NA CIDADE DE LISBOA

2023 foi marcado pelo regresso do Oceanário de Lisboa aos grandes suportes de comunicação na cidade de Lisboa. Os vídeos da campanha «FEELS LIKE HOME» foram adaptados e, além da promoção em plataformas digitais, foram exibidos em *ledwalls*, *tomis* e *mupis* digitais, no aeroporto, Metro de Lisboa, Gare do Oriente e nas ruas do centro da cidade.



RECURSOS HUMANOS

Nº. MÉDIO DE COLABORADORES **79**
[+9 QUE EM 2022]

ANTIGUIDADE MÉDIA **9 anos**

COLABORADORES EFETIVOS **95%**

REPRESENTAÇÃO DE GÉNERO

♂ **59%** ♀ **41%**

IDADE MÉDIA **38 anos**

22 ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS

Em 2023, o Oceanário de Lisboa acolheu 22 estágios, sendo 18% curriculares e 82% profissionais, nas seguintes áreas: Biologia (17), Educação (2), Comercial (1), Comunicação (1), Recursos Humanos (1).

1.906 HORAS DE FORMAÇÃO [+45% VS 2022]

O Plano de Formação de definido para o ano de 2023 foi consubstanciado na realização de componentes de formação interna, formação externa e de frequência de conferências e seminários, que permitiram totalizar um investimento global de 1.906 horas de formação, mais 45% do que o ano anterior.

DIA DA FAMÍLIA

No mês em que o Oceanário de Lisboa celebrou 25 anos realizou-se um dia especialmente dedicado às famílias dos colaboradores. Mais de 100 pessoas tiveram a oportunidade de explorar o trabalho que é realizado todos os dias, pelos seus familiares, nos bastidores do Oceanário de Lisboa, através de visitas guiadas a diferentes áreas e atividades.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

No mundo atual, onde as preocupações ambientais e sociais estão cada vez mais entrelaçadas, os aquários públicos têm a oportunidade única de desempenhar um papel ativo na construção de uma sociedade mais consciente e inclusiva. Ao adotar práticas de responsabilidade social, o Oceanário de Lisboa reforça o seu compromisso com a preservação do meio ambiente e como agente de mudança social.

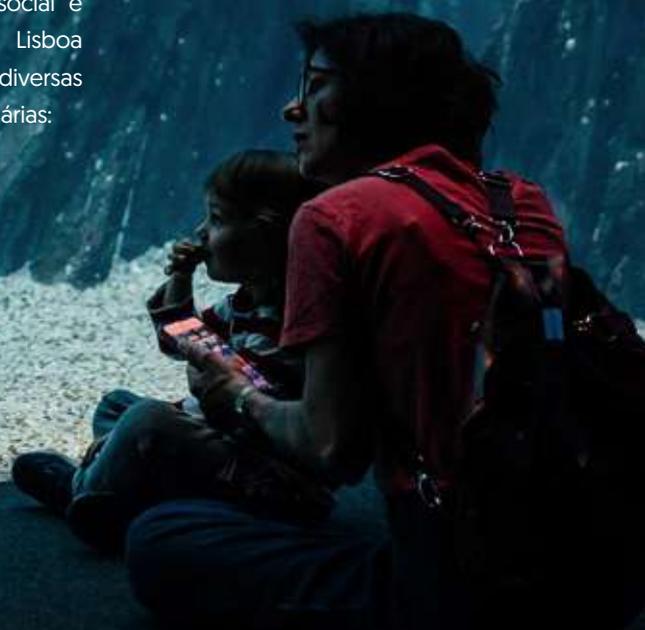
Ao abrir as suas portas àqueles que enfrentam desafios socioeconómicos adversos, o Oceanário de Lisboa democratiza o acesso à cultura e à natureza, proporcionando experiências transformadoras para aqueles que, de outra forma, poderiam não ter a oportunidade de explorar e aprender sobre o fascinante mundo marinho. Ao fazê-lo promove, simultaneamente, a educação ambiental a uma escala mais ampla, contribuindo para aumentar a consciencialização sobre questões ambientais cruciais, em direção a um futuro mais sustentável e igualitário. Ao agir como catalisador de mudanças positivas, o Oceanário de Lisboa procura, assim, ser um agente de transformação ambiental, mas também social.

1 241 VISITAS
CRIANÇAS, ADULTOS E SENIORES

OCEANÁRIO SOLIDÁRIO OFERECE VISITAS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Ao longo de 2023, no âmbito da política de responsabilidade social e envolvimento e participação na comunidade, o Oceanário de Lisboa ofereceu 1.241 visitas a crianças, adultos e seniores provenientes de diversas organizações, das quais se destacam as seguintes instituições beneficiárias:

Fundação Make-a-Wish
Cruz Vermelha Portuguesa
Associação Move a Tua Terra
Associação Novo Futuro
Aldeia de Crianças SOS
APAP – Associação Padre Amadeu Pinto
Creche Cantinho das Alfazemas
Associação dos Ucrrianos em Portugal
Bombeiros de Oeiras



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Oceanário de Lisboa reforçou, em 2023, o sucesso dos resultados financeiros obtidos no âmbito da sua atividade, apresentando, no ano em que comemora o seu 25.º aniversário, o melhor resultado líquido da sua história, no montante de 6,5 milhões de euros.

Com um crescimento de 10% no número de visitantes e de 32% no número de participantes nas atividades educativas face ao ano anterior, o Oceanário de Lisboa registou em 2023 um aumento significativo dos seus níveis de visitação e um crescimento de 42% do resultado líquido face ao ano anterior.

Tal sucesso é acompanhado do reforço do seu posicionamento como instituição de conservação da biodiversidade marinha e de promoção da literacia do oceano, demonstrando a aposta estratégica na concretização da sua missão e no cumprimento dos compromissos com o Estado português no âmbito do contrato de concessão de serviço público.

Uma contínua execução de programas de conservação e educação, a par do apoio financeiro que presta a projetos e iniciativas externas que atuam nestas áreas, demonstra o comprometimento e a relevância dada à concretização dessa estratégia, conforme se pode verificar através do investimento realizado no conjunto de projetos e iniciativas identificadas no quadro seguinte.



PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO

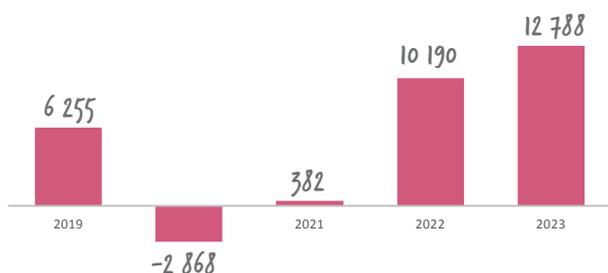
EDUCAÇÃO	2023	2022	2021
Atividades educativas no Oceanário de Lisboa	369 965	257 605	22 793
Atividades educativas gratuitas fora de portas	36 526	51 390	47 183
Plasticologia Marinha	-	183	-
Vaivém Oceanário	942	2 366	3 761
Líderes para a sustentabilidade do oceano	35 583	48 604	43 422
Outros	-	237	-
	406 491	308 995	69 976
CONSERVAÇÃO			
Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal	207 565	66 965	4 000
Projeto "Manta Conservation Experience"	24 638	8 347	39 189
Projeto "Conservação de tartarugas marinhas de São Tomé"	22 355	20 000	20 000
Projeto "Manta Catalog Azores"	12 000	13 000	-
Projeto "Sharkcam"	9 720	-	-
Projeto "Galapagos Whale Shark"	9 720	-	-
Projeto "Plan Bee for Mangroves"	9 720	-	-
Projeto "Elasmo Angola"	-	10 972	10 050
Projeto "Secore"	-	10 000	-
Projeto "SPEA - Pardela balear"	-	10 000	-
Projeto "Fly with Bull rays"	-	-	9 968
Projeto "Tunaprint"	-	-	9 980
Outros	3 410	-	-
	299 127	139 284	93 187
Outros	-	337 525	-
TOTAL PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO	705 618	785 805	163 163

valores em euros

RESULTADOS

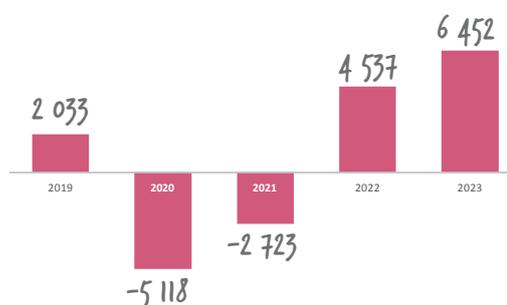
EBITDA

O EBITDA (Resultado Operacional antes de Depreciações e Amortizações) atingiu o montante de 12,8 milhões de euros, valor que, comparado com 2022, apresenta um aumento de 2,6 milhões de euros.



RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido de 2023 foi de 6,4 milhões de euros, representando uma variação positiva de 1,9 milhões de euros face ao ano anterior.



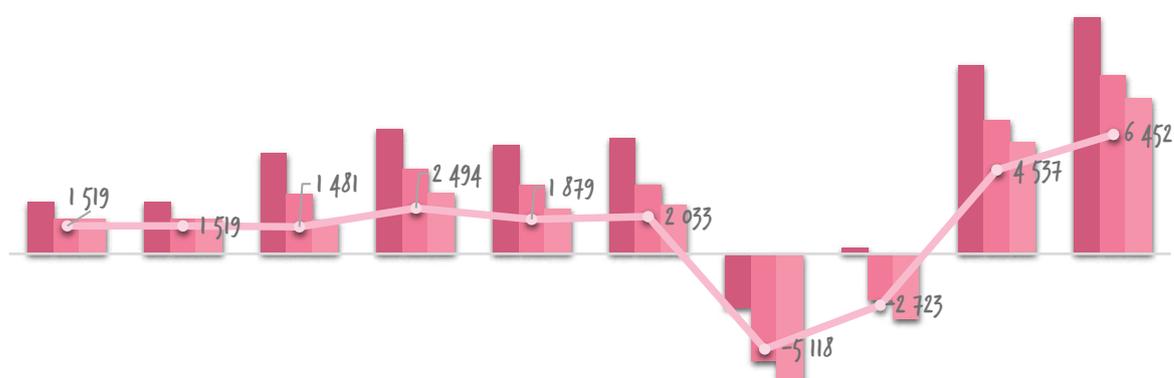
Apresenta-se de seguida um resumo das rubricas constantes na Demonstração de Resultados e a respetiva variação face ao período homólogo:

	2023	2022	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
RENDIMENTOS				
Doações e legados à exploração	1	38	-37	-97%
Vendas	2 394	1 950	444	23%
Prestações de Serviços	23 482	19 685	3 798	19%
Outros Rendimentos e Ganhos	700	572	128	22%
Juros e outros rendimentos	47	5	42	-
GASTOS				
Custo das Mercadorias Vendidas	1 056	686	371	54%
Fornecimentos e Serviços Externos	8 894	8 095	798	10%
Gastos com pessoal	3 408	3 048	360	12%
Gastos depreciação e amortização	2 938	2 882	56	2%
Perdas por Imparidade	165	44	122	280%
Provisões	171	0	171	-
Outros gastos e perdas	261	226	35	16%
Gastos e Perdas de Financiamento	1 291	1 225	66	5%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	8 441	6 045	2 395	40%

milhares de euros

RESULTADOS

milhares de euros



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
EBITDA	2 836	2 836	5 444	6 766	5 920	6 255	-2 868	382	10 190	12 788
EBIT	1 953	1 953	3 243	4 587	3 752	3 847	-5 739	-2 487	7 265	9 685
RAI	1 931	1 931	1 868	3 334	2 464	2 678	-6 839	-3 519	6 045	8 441
RL	1 519	1 519	1 481	2 494	1 879	2 033	-5 118	-2 723	4 537	6 452



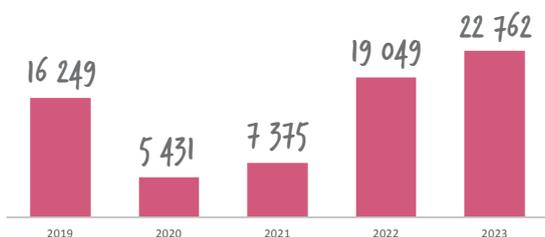
RENDIMENTOS

	2023	2022	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
Bilheteira	22 762	19 049	3 713	19%
Loja	2 394	1 950	444	23%
Donativos	1	38	-37	-97%
Patrocínios	100	100	0	0%
Arrendamentos	354	300	54	18%
Aluguer de Espaços	23	47	-24	-51%
ACE	29	21	8	39%
Fotografia	202	128	75	58%
Outras Prest. Serviços	11	39	-28	-71%
Total de Prestações de Serviços	25 877	21 672	4 205	19%
Outros Rendimentos e Ganhos	700	572	128	22%
Juros e outros rendimentos	47	5	42	780%
TOTAL DE RENDIMENTOS	26 624	22 250	4 374	20%

milhares de euros

BILHETEIRA

A receita de bilheteira, no valor global de 22,8 milhões de euros, registou um aumento de 19% face ao ano anterior.

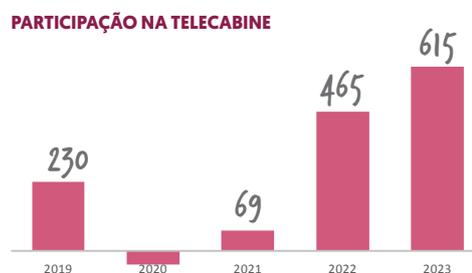


LOJA

A loja registou um volume de vendas de 2,4 milhões de euros, o que se traduz num crescimento de 23% face ao ano anterior.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O valor mais significativo registado nesta rubrica diz respeito aos ganhos obtidos com a participação financeira na empresa Telecabine Lisboa, que registou em 2023 um valor de 615 milhares de euros.



GASTOS

Durante o ano de 2023, o nível de gastos aumentou 12% em relação ao ano anterior, situação que se explica, essencialmente, pelo inerente aumento do nível de atividade, refletido no aumento do número de visitantes verificado em 2023.

GASTOS	2023	2022	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
Custo das Mercadorias Vendidas	1 056	686	371	54%
Fornecimentos e Serviços Externos	8 894	8 095	798	10%
Gastos com Pessoal	3 408	3 048	360	12%
Gastos Depreciação e Amortização	2 938	2 882	56	2%
Perdas por Imparidade	165	44	122	280%
Provisões	171	0	171	-
Outros gastos e Perdas	261	226	35	16%
Gastos e Perdas de Financiamento	1 291	1 225	66	5%
TOTAL DE GASTOS	18 184	16 205	1 979	12%

milhares de euros



INVESTIMENTOS

O Capital Expenditure [CAPEX] atingiu o montante de 1,3 milhões de euros, tendo registado um aumento de 79% relativamente ao ano anterior. Resume-se nos quadros seguintes os principais investimentos.

INVESTIMENTOS POR ÁREA	2023	2022	2021
Engenharia	702	453	82
Comuns da Empresa	556	173	74
Biologia	54	32	10
Comercial	7	4	4
Educação	0	7	0
Outros	0	69	0
TOTAL	1 319	738	169

milhares de euros

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	2023
Empreitada de remodelação da sala de cultura e reprodução	195
Renovação de parque informático	133
Equipamento audiovisual para auditório Mar da Palha	107
Substituição de tubagem de climatização	104
Substituição da UTA 8	63
Remodelação do balneário piso 3 - Edifício dos Oceanos	51
Carregador de veículo elétrico	50
Mobiliário para esplanada	48
Polimento acrílicos tanque das lontras	20
Substituição de vigas de reforço dos tanques	14
Outros Investimentos	549
TOTAL	1 319

milhares de euros

INDICADORES

INDICADORES ECONÓMICOS

SITUAÇÃO FINANCEIRA	2023	2022	Varição%
Ativo Líquido	51 307	47 623	8%
Passivo	41 972	41 841	0%
Capital Próprio	9 334	5 783	61%

RESULTADOS	2023	2022	Varição%
Rendimentos Operacionais	26 578	22 245	19%
Gastos Operacionais	16 893	14 980	13%
EBITDA	12 788	10 190	25%
EBIT	9 685	7 265	33%
Resultados Antes de Impostos	8 441	6 045	40%
Resultado Líquido	6 452	4 537	42%
Margem Operacional* [%]	37%	34%	4%
Margem EBITDA* [%]	49%	47%	2%
CAPEX	1 319	738	79%
EBITDA menos CAPEX	11 469	9 452	21%

INDICADORES DE ATIVIDADE

	2023	2022	Varição%
N.º Visitantes*	1 383 747	1 254 856	10%
Receita de Bilheteira	22 762	19 049	19%
Preço médio do bilhete* (€)	16,45	15,18	8%
N.º de Participantes Prog. Educação *	101 307	76 624	32%
Receita Participantes Prog. Educação	927	720	29%

(milhares de euros, exceto *)

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do exercício de 2023 ascendeu a € 6.451.670,36 [seis milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta euros e trinta e seis cêntimos].

O Conselho de Administração do Oceanário de Lisboa, S.A. propõe a transferência da totalidade do Resultado Líquido para Reservas Livres.

Adicionalmente, o Conselho de Administração do Oceanário de Lisboa, S.A. propõe ao Acionista a distribuição de dividendos no montante de €3.000.000,00 [três milhões de euros].

PERSPETIVAS PARA 2024

2024 será um ano de início de um novo ciclo para o Oceanário de Lisboa, que pretendemos que seja de crescimento, assente num maior conhecimento dos perfis dos visitantes, de forma a assegurar a captação das nacionalidades mais representativas de Turistas em Portugal e área metropolitana de Lisboa, mas também na continuação de dinâmicas de atração dos Portugueses, assentes em experiências novas, promoções em momentos chave do ano e um reforço da missão de Conservação dos Oceanos em tudo o que fazemos.

A aposta no desenvolvimento dos canais digitais será crucial, no seguimento das tendências internacionais, por forma a assegurar uma comunicação e uma experiência de compra em linha com os mais altos padrões internacionais, que muito podem contribuir para o aumento da notoriedade e relevância do Oceanário de Lisboa enquanto equipamento de visitaçao a não perder e a voltar na cidade de Lisboa.

NOTA FINAL

Ao encerrar o Relatório de Gestão do Exercício de 2023, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecido agradecimento a todos os que apoiaram e ajudaram o Oceanário de Lisboa a prosseguir os seus objetivos, nomeadamente:

| Aos colaboradores do Oceanário de Lisboa pela sua dedicação, esforço e empenho;

| À Sociedade Francisco Manuel dos Santos pela confiança e aposta reiterada nos valores e missão da instituição;

| Ao acionista único, a Fundação Oceano Azul, pelo fortalecido empenho que representa na conservação dos oceanos;

| Ao Governo português, em particular ao Ministério da Economia e do Mar, ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática e ao Ministério das Finanças, pela confiança depositada;

| Aos órgãos sociais pela colaboração e disponibilidade que sempre demonstraram;

| Ao patrocinador oficial do Oceanário de Lisboa, o Pingo Doce;

| Aos concessionários e fornecedores do Oceanário de Lisboa, pela continuada colaboração, sem a qual teria sido difícil atender aos desafios do ano.

E, por fim, a todos os visitantes, razão da existência do Oceanário de Lisboa.

Lisboa, 19 de março de 2024

O Conselho de Administração

José Soares dos Santos

Helena Bento

Tiago Pitta e Cunha

Pedro Veloso

Vera Catarino



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	62
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	63
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	64
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	65
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
1. Introdução	66
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	66
2.1 Bases de Preparação	66
3. Principais políticas contábilísticas	70
3.1 Partes de capital em associadas	70
3.2 Conversão cambial	71
3.3 Ativos tangíveis	72
3.4 Ativos intangíveis	73
3.5 Imparidade de ativos não financeiros	74
3.6 Inventários	75
3.7 Ativos financeiros	76
3.8 Justo valor de ativos e passivos	78
3.9 Clientes e outras contas a receber	78
3.10 Caixa e equivalentes de caixa	79
3.11 Capital social	79
3.12 Passivos financeiros	79
3.13 Compensação de instrumentos financeiros	80
3.14 Financiamentos obtidos	80
3.15 Fornecedores e outras contas a pagar	80
3.16 Custos com empréstimos obtidos	80
3.17 Imposto sobre o rendimento	81
3.18 Provisões e passivos contingentes	82
3.19 Ativos contingentes	82
3.20 Benefícios dos empregados	83
3.21 Locações	83
3.22 Gastos e rendimentos	83
3.23 Rédito	84
3.24 Distribuição de dividendos	84
3.25 Eventos subsequentes	85
4 Políticas de gestão do risco financeiro	85
4.1 Fatores do risco financeiro	85
4.2 Gestão do risco de capital	88

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados	88
5.1 Classificação do contrato de concessão	89
5.2 Obrigações contratuais assumidas	89
5.3 Classificação dos Ativos - Peixes/animais	90
5.4 Exercício de influência significativa	90
5.5 Ativos tangíveis e intangíveis	90
5.6 Imposto sobre o rendimento	91
6. Ativos tangíveis	92
7. Ativos intangíveis	94
8. Investimentos em associadas	95
9. Ativos e passivos financeiros por categoria	98
10. Justo valor de ativos e passivos	99
11. Outras contas a receber	100
12. Ativos e passivos por impostos diferidos	101
13. Inventários	103
14. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	103
15. Clientes	104
16. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar	105
17. Caixa e equivalentes de caixa	106
18. Capital	106
19. Reservas legais e resultados transitados	107
20. Provisões	108
21. Financiamentos obtidos	108
22. Outras contas a pagar	109
23. Fornecedores	111
24. Doações e legados à exploração	112
25. Vendas e prestação de serviços	112
26. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	113
27. Fornecimentos e serviços externos	113
28. Gastos com o pessoal	114
29. Variações de justo valor	114
30. Outros rendimentos	115
31. Outros gastos	115
32. Gastos e rendimentos financeiros	116
33. Imposto sobre o rendimento	116
34. Compromissos	118
35. Contingências	118
36. Partes relacionadas	119
37. Eventos subsequentes	125

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTA	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO			
Não corrente			
Ativos tangíveis	6	6.053.204,94	6.518.032,44
Ativos intangíveis	7	28.584.158,11	30.112.153,32
Direitos de Uso	7	254.703,56	52.671,07
Investimentos em associadas	8	1.167.384,69	1.070.825,97
Outras contas a receber	11	28.889,33	28.889,33
Impostos diferidos ativos	12	38.404,13	1.309.183,89
		36.126.744,76	39.091.756,02
Corrente			
Inventários	13	516.982,11	567.342,32
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	14	21.449,36	23.044,21
Clientes	15	358.583,03	622.379,94
Outras contas a receber	11	387.871,85	1.332.961,09
Caixa e equivalentes de caixa	17	13.894.962,80	5.985.893,40
		15.179.849,15	8.531.620,96
Total do Ativo		51.306.593,91	47.623.376,98
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	18	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas legais	19	200.000,00	200.000,00
Resultados transitados	19	1.682.660,20	45.974,61
Resultado líquido do exercício		6.451.670,36	4.536.685,59
Total Capital Próprio		9.334.330,56	5.782.660,20
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	20	170.685,00	-
Financiamentos obtidos	21	8.467.652,01	9.214.471,49
Responsabilidades com locações	22	197.814,39	45.388,93
Outras contas a pagar	22	25.192.714,88	25.644.812,85
		34.153.866,27	34.904.673,27
Corrente			
Financiamentos obtidos	21	746.819,49	496.026,73
Fornecedores	23	801.387,91	1.124.688,45
Imposto sobre o rendimento a pagar	16	559.302,25	314.385,35
Responsabilidades com locações	22	64.553,54	10.250,92
Outras contas a pagar	22	5.771.333,88	4.990.692,06
		7.818.397,08	6.936.043,51
Total do Passivo		41.972.263,35	41.840.716,78
Total do Capital Próprio e Passivo		51.306.593,91	47.623.376,98

As notas das páginas 66 à 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	NOTA	EXERCÍCIO	
		2023	2022
Doações e legados à exploração	24	1.089,00	38.219,00
Vendas e Prestações de serviços	25	25.876.197,37	21.634.167,48
Ganhos/ (Perdas) de interesses em associadas	8	615.213,53	464.753,93
Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas	26	(1.056.415,47)	(685.670,79)
Fornecimentos e serviços externos	27	(8.893.828,29)	(8.095.449,34)
Gastos com o pessoal	28	(3.408.214,95)	(3.048.009,41)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(2.937.535,73)	(2.881.804,48)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis [(perdas) reversões]	6 e 7	(165.308,79)	(43.500,00)
Provisões (aumentos/reduções)	20	(170.685,00)	-
Variações de justo valor	29	1.159,27	(1.301,61)
Outros rendimentos	30	83.898,11	107.562,48
Outros gastos	31	(260.881,50)	(224.330,42)
Resultado operacional		9.684.687,55	7.264.636,84
Gastos financeiros	32	(1.290.944,27)	(1.224.554,16)
Rendimentos financeiros	32	46.849,68	5.322,62
Resultados antes de impostos		8.440.592,96	6.045.405,30
Imposto sobre o rendimento	33	(1.988.922,60)	(1.508.719,71)
Resultado das operações continuadas		6.451.670,36	4.536.685,59
Operações descontinuadas			
Resultado das operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		6.451.670,36	4.536.685,59

As notas das páginas 66 à 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
A 1 DE JANEIRO 2022		1.000.000,00	200.000,00	2.769.161,75	(2.723.187,14)	1.245.974,61
Resultado líquido do exercício		-	-	-	4.536.685,59	4.536.685,59
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	19	-	-	(2.723.187,14)	2.723.187,14	-
A 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.000.000,00	200.000,00	45.974,61	4.536.685,59	5.782.660,20
Resultado líquido do exercício		-	-	-	6.451.670,36	6.451.670,36
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	19	-	-	4.536.685,59	(4.536.685,59)	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-
Distribuições	19	-	-	(2.900.000,00)	-	(2.900.000,00)
A 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.000.000,00	200.000,00	1.682.660,20	6.451.670,36	9.334.330,56

As notas das páginas 66 à 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NOTA	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		29.174.122,72	23.478.184,21
Pagamentos a fornecedores		(12.299.769,10)	(10.731.947,09)
Pagamentos ao pessoal		(2.128.779,37)	(1.601.621,26)
Caixa gerada pelas operações		14.745.574,25	11.144.615,86
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(444.372,20)	(134.265,96)
Outros recebimentos/ pagamentos		(2.420.544,88)	(1.317.216,24)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		11.880.657,17	9.693.133,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		(931.989,05)	(328.972,89)
Ativos intangíveis		(1.465.909,76)	(1.453.754,16)
Empréstimos concedidos	11	-	(750.000,00)
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos	11	762.419,46	-
Dividendos	8	518.654,81	47.805,16
Juros e rendimentos similares		38.377,84	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(1.078.446,70)	(2.484.921,89)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	21	(500.000,00)	(2.003.125,00)
Juros e gastos e similares		(218.141,07)	(231.784,55)
Dividendos	19	(2.175.000,00)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(2.893.141,07)	(2.234.909,55)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		7.909.069,40	4.973.302,22
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	5.985.893,40	1.012.591,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	13.894.962,80	5.985.893,40

As notas das páginas 66 à 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

A Oceanário de Lisboa, S.A. [também referida neste documento como “Oceanário de Lisboa”, “Entidade” ou “Empresa”], com sede na Esplanada D. Carlos I, 1990-005, Lisboa, foi constituída em 21 de setembro de 1994 com o objeto principal de criação, manutenção e exploração de um complexo de aquários oceânicos e na realização de conferências, estudos e atividades de Investigação e Desenvolvimento no domínio da Biologia Marinha e Ciências do Mar. Faz ainda parte do objeto da Entidade, o desenvolvimento do setor educacional através da promoção de cursos e ações específicas de formação, bem como quaisquer outras atividades conexas ou afins.

A Empresa é detida pela Fundação Oceano Azul, com quem partilha a missão de promover o conhecimento do oceano, sensibilizando para a sua conservação através da alteração de comportamentos.

A atividade principal da Empresa é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da “Oceanário de Lisboa” [ver condições na Nota 3.4] iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de x de x de 2024. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Os acionistas da Entidade têm a capacidade de alterar este conjunto de demonstrações financeiras, após a autorização para emissão pelo Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras da Entidade e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram preparadas pela Entidade de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2023.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, tendo a Entidade seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor ativos financeiros ao justo valor por resultados.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contábilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 5.

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:

a) IAS 1 [alteração], 'Divulgação de políticas contábilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contábilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contábilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contábilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contábilísticas. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

b) IAS 8 [alteração], 'Divulgação de estimativas contábilísticas'. Introdução da definição de estimativa contábilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contábilísticas. As estimativas contábilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contábilística. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

c) IFRS 17 [nova e alteração], 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/ evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atua-

lizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

d) IFRS 17 [alteração], ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

e) IAS 12 [alteração], ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Foi avaliado o impacto da alteração desta norma, no entanto a mesma não produz efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

f) IAS 12 [alteração], ‘Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois’. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion (“GloBE”) da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas [entidades pertencentes a grupos multinacionais com

réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

a) IAS 1 [alteração], ‘Classificação de passivos como não correntes e correntes’ e ‘Passivos não correntes com “covenants”’ [a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024]. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

b) IFRS 16 [alteração], ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ [a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024]. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 7 [alteração] e **IFRS 7** [alteração], ‘Acordos de financiamento de fornecedores’ [a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024]. Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União

Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020. Não se perspectiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

b) IAS 21 (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Não se perspectiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da entidade com a alteração desta norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 PARTES DE CAPITAL EM ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa. A Entidade exerce influência significativa quando tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem, todavia, exercer um controlo ou um controlo conjunto dessa política.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nas associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras os investimentos em associadas são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas associadas são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira. Quando a quota-parte das perdas destas Entidades excede o valor do investimento nas Associadas, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

3.2 CONVERSÃO CAMBIAL

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a Empresa opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Entidade e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

COTAÇÕES DE MOEDA ESTRANGEIRA				
MOEDA	CÂMBIO MÉDIO		CÂMBIO FINAL DO PERÍODO	
	2023	2022	31 DEZ 23	31 DEZ 22
USD	1,0813	1,0530	1,0877	1,0700
GBP	0,8698	0,8528	0,8582	0,8900
JPY	151,9900	138,0300	160,6500	140,6600
ZAR	19,9551	17,2086	20,7331	18,1000
HUF	381,8500	391,2900	380,8600	400,8700

3.3 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui: (a) o “custo considerado” determinado à data de transição para IFRS e (b) o custo de aquisição dos ativos adquiridos ou construídos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	ANOS
Edifícios e outras construções	Entre 2.5 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 2.5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outras ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 10 anos

Porque no final da concessão a Empresa tem direito a uma “indenização pelo valor contabilístico, descontados os subsídios, dos bens [...] criados, construídos, adquiridos ou instalados no cumprimento do contrato”, as vidas úteis atribuídas pelo Conselho de Administração não estão condicionadas ao prazo de 30 anos do contrato de concessão.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende:

I) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e **II)** qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, a Empresa mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a Empresa.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

A Entidade tem registados como ativos intangíveis:

I) Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

II) Direitos de concessão – respeita ao custo de aquisição do direito de exploração do Oceanário de Lisboa, conforme contrato de concessão assinado com o Estado Português.

As principais condições contratuais do contrato de concessão são como segue:

- | O contrato de concessão de serviço público vigora por um prazo de 30 anos, e define que o estabelecimento da concessão é composto por bens móveis, imóveis, intangíveis e “ativos biológicos”;
- | É obrigação da concessionária “a realização de todas as obras de reparação e de conservação decorrentes da normal utilização dos bens afetos à Concessão, devendo assegurar a permanência destes bens em boas condições de exploração”;
- | A realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão;
- | As receitas da concessão são as receitas de bilheteira, receitas no âmbito das atividades comerciais relacionadas com a atividade de exploração do Oceanário e a comparticipação em taxas e juros de capitais e de aplicações de financeiras;
- | Os preços dos bilhetes “são livremente fixados pela Concessionária, sem prejuízo das obrigações de serviço público e de execução da política de responsabilidade social”;
- | Pela atribuição da concessão, a concessionária compromete-se a pagar uma contrapartida financeira, nos termos da cláusula 26º, composta por: i) “uma componente de pagamento inicial, no montante de 10 milhões”; ii) uma componente anual composta por uma parte fixa de 1.3 milhões de euros, atualizada de acordo com o Índice do Preço Consumidor (“IPC”) a pagar em 12 prestações iguais; e iii) uma “componente variável de 5% sobre as receitas da Concessão”.

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	ANOS
Programas computador	Entre 3 a 10 anos
Direitos de concessão	30 anos
Outros ativos intangíveis	entre 2 a 30 anos

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contabilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos o custo de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a)** Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo;
- b)** As expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c)** O efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d)** Outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários incluem as mercadorias para venda na loja da Empresa e são inicialmente mensurados pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

Os valores de inventário devem ser reduzidos para o seu valor realizável líquido, através do reconhecimento de perdas por imparidade, sempre que a diferença entre o valor realizável líquido e o custo seja negativa. A imparidade em inventários deve ser revista a cada data de relato.

O custo é determinado através do método do custo médio ponderado, e é reconhecido quando o inventário é consumido, por contrapartida de “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”. O inventário é

também desreconhecido quando é considerado obsoleto pela Empresa. Neste caso, o seu valor contabilístico é desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

3.7 ATIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

I) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

II) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

III) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Entidade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor são mensurados inicialmente, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em Juros obtidos, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

A Entidade avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de “Clientes” (Nota 15) e “Outras contas a receber” (Nota 11) e ativos de contratos com clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de incumprimentos históricos para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas sempre que adequado.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível; ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, é aplicado a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito é calculado uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, na data do desreconhecimento os ganhos/(perdas) reconhecidos em capital/outros rendimentos integrais anteriormente são reclassificados das correspondentes rúbricas do capital próprio para resultados exercício.

3.8 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que a Empresa receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

A Empresa também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Empresa aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

3.9 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

âmbito da atividade da Empresa. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subseqüentemente revertidas por resultados. Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado menos imparidade.

3.10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.11 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou diretamente no mercado são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

3.12 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- a)** Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b)** Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” [Nota 20], “Fornecedores” [Nota 22] e “Outras contas a pagar” [Nota 21]. Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subseqüentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.13 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da Entidade.

3.14 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

3.16 CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Juros e outros custos incorridos pela Empresa, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades da Empresa, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

3.17 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

IMPOSTO CORRENTE

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável. Adicionalmente, a Entidade encontra-se sujeita a Derrama Estadual, quando os lucros tributáveis excedam os 1.500.000 euros, com a seguinte incidência:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contábilístico ou fiscal.

3.18 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência [ou não ocorrência] de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 34, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a Empresa a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

CONTRATOS ONEROSOS

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Empresa tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

3.19 ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais a Empresa não tem controlo.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas são divulgados nas notas anexas, quando a sua ocorrência é provável.

3.20 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

a) Prémio de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente refere-se a um benefício definido, que consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

3.21 LOCAÇÕES

A IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- I) ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- II) depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados. A Empresa adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Empresa reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, o Oceanário descontou os pagamentos das locações usando a taxa de 4,22% associada aos respetivos contratos de locação, iniciados até 2022. Para os novos contratos de locação iniciados em dezembro de 2023, o Oceanário descontou os pagamentos das locações usando a taxa de 6,06% associada aos respetivos contratos de locação.

3.22 GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças

entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.23 RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bilhetes de ingresso para as exposições da Empresa, das mercadorias na loja da Empresa e de outras prestações de serviços no decurso normal da atividade da Empresa, tais como alugueres de espaços, arrendamentos/concessões, entre outros. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O Rédito da Empresa corresponde, maioritariamente, à bilheteira obtida das entradas de visitantes no Oceanário e nas exposições temáticas e às rendas obtidas pela cedência do espaço de loja e restauração no edifício de apoio ao Oceanário. O Rédito da bilheteira é reconhecido na data em que se realiza a visita e o rédito da cedência do espaço é reconhecido ao longo do período de contrato.

3.24 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos acionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

Na distribuição de dividendos a Empresa tem em consideração as disposições previstas no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente i) impossibilidade de distribuir lucros do exercício que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstituir reservas impostas pela lei ou pelo contrato de sociedade; ii) impossibilidade de distribuição de reservas cuja constituição seja obrigatória ao abrigo do contrato de sociedade, lei ou contrato de concessão; iii) impossibilidade de distribuir os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, exceto quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

3.25 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados, se considerados materiais.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Empresa é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

I) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Entidade é desenvolvida essencialmente em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

II) Risco de crédito

O risco de crédito da Entidade resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras. Estando o modelo de negócio da Empresa assente no recebimento dos bilhetes no ato da venda, a Entidade tem alguns saldos a cobrar de operadores/ intermediários que incluem no seu pacote de oferta a clientes, bilhetes para visitar o Oceanário e exposições temáticas. O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários da Empresa, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Outros ativos financeiros”, é a seguinte:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
AA+	-	-
AA-	-	-
A+	13.856.154,51	5.947.043,39
A	-	-
A-	-	-
Outros sem rating	38.808,29	38.850,01
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	13.894.962,80	5.985.893,40

	31 DEZ 2022	31 DEZ 2022
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		
AA-	-	-
AA+	-	-
A+	-	-
A	-	-
A-	-	-
Outros sem rating	775.344,21	1.984.230,36
Outros ativos financeiros	775.344,21	1.984.230,36

[Fonte: Standard & Poor's]

Regra geral os clientes e outras contas a receber da Empresa não têm rating de crédito atribuído.

III) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro da Empresa. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas por linhas de crédito contratadas, e que durante os últimos 2 anos foram utilizadas.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Empresa por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vencidos:

	ELIMINAÇÕES	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
31 DEZEMBRO 2023				
Financiamentos obtidos:				
- empréstimos bancários		898.704,26	4.695.581,21	4.343.383,11
- descobertos bancários		-	-	-
- outros financiamentos		-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	228,15	7.603.480,45	6.850.802,23	32.848.424,15
	228,15	8.502.184,71	11.546.383,44	37.191.807,26
		MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
31 DEZEMBRO 2022				
Financiamentos obtidos:				
- empréstimos bancários		656.921,45	4.257.545,65	5.680.122,93
- descobertos bancários		-	-	-
- outros financiamentos		-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar		6.968.083,48	6.413.909,52	32.301.432,96
		7.625.004,93	10.671.455,16	37.981.555,89

IV) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

Análise de sensibilidade dos gastos financeiros a variações na taxa de juro:

Dado que o único empréstimo existente à taxa de juro variável ficou totalmente liquidado a 31 de dezembro de 2022, não será necessária nenhuma análise de sensibilidade com base nos financiamentos obtidos da Empresa, visto que não terá qualquer impacto, nos anos de 2023 e 2022.

4.2 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

O objetivo da Entidade em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Os rácios de gearing em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram os seguintes:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
Empréstimos totais [Nota 20]	9.214.471,50	9.710.498,22
Menos: Caixa e equivalentes de caixa [Nota 21]	13.894.962,80	5.985.893,40
Dívida líquida	(4.680.491,30)	3.724.604,82
Capitais próprios	9.334.330,56	5.782.660,20
Capital Total	4.653.839,26	9.507.265,02
Gearing	-101%	39%

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

JULGAMENTOS

5.1 CLASSIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Tal como referido na Nota 1, a Empresa tem atribuído um Contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa”. No âmbito da aplicação das IFRS, existe uma interpretação, a IFRIC 12 – ‘Contratos de concessão de serviço’, que determina a contabilização dos investimentos efetuados e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão quando determinadas condições estão cumpridas cumulativamente:

- a)** o contrato tem por objeto a prestação de um serviço público;
- b)** o concedente controla ou regula quais os serviços a prestar, a quem são prestados e por que preço; e
- c)** o concedente controla qualquer interesse residual significativo na infraestrutura.

Da avaliação efetuada pela gestão conclui-se que: i) apesar do contrato ser denominado como serviço público, a exploração do “Oceanário de Lisboa” constitui uma atividade lúdica não correspondendo à prestação de um serviço essencial à subsistência dos cidadãos nas condições sociais existentes, tal como previsto na IFRIC 12. Para além disso também se verifica que o Estado Português não exerce qualquer controlo direto ou indireto sobre os preços praticados pela Empresa.

Desta forma a gestão conclui que os princípios subjacentes à aplicação da IFRIC 12 não se aplica ao contrato de concessão negociado com o Estado Português.

5.2 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ASSUMIDAS

No âmbito do contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” é atribuída à Empresa a responsabilidade pela “realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão”.

A gestão efetuou a sua avaliação sobre se estas condições contratuais constituem uma obrigação contratual a registar no início do contrato de concessão como uma provisão por contrapartida do ativo intangível e concluiu que contrato de concessão de exploração e administração, não cumpre com as condições para o classificar como um contrato de serviço de concessão no âmbito da IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços, e consequentemente o tratamento contabilístico que lhe está subjacente, nomeadamente pelos seguintes motivos:

- I)** O Oceanário de Lisboa tem a liberdade de fixar os preços do serviço que presta e o preço que pratica inclui a recuperação do investimento efetuado em bens de substituição;
- II)** A responsabilidade de substituição de bens da concessão não ocorre apenas no final do contrato, mas ao longo

da concessão e sempre que seja necessário manter/repor a qualidade e a segurança do serviço prestar; e

- III) O Oceanário de Lisboa tem direito a receber o Valor Líquido Contabilístico que estes ativos tiverem no final da concessão.

5.3 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS - PEIXES/ANIMAIS

No âmbito do contrato de concessão, foi concedido à Empresa, para a prestação do serviço público, o acesso a determinados animais nos termos do capítulo IV do contrato da concessão, os quais constituem ativos do Concedente.

Relativamente aos animais adquiridos pela Empresa após a data de concessão, verificando-se não ser o objetivo da Empresa a produção de animais e algas para a posterior venda, mas sim a sua exposição nos aquários e nas exposições permanentes, a gestão considera que estes não devem ser classificados como ativos biológicos, mas sim como ativos fixos tangíveis nos casos em que se considere que a respetiva vida útil é superior a 12 meses.

Atendendo à materialidade dos montantes envolvidos, dimensão física dos animais, tipo de espécie e respetiva longevidade média determinada pelos biólogos da Empresa, tendo por base as condições dos aquários, da longevidade média das espécies, e o histórico existente desde 1998, a gestão decidiu registar os montantes despendidos como gastos do período.

5.4 EXERCÍCIO DE INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

A Empresa detém um interesse na Telecabine de Lisboa, Lda. A Empresa exerce influência significativa sobre esta entidade, dado que a sua participação de 25 % lhe permite nomear um gerente.

Na sequência da pandemia, a Telecabine Lisboa, Lda. implementou medidas para proteger os seus colaboradores e para minimizar eventuais impactos na operação. Consideramos que a empresa tem capacidade financeira suficiente para cumprir com as suas responsabilidades de curto prazo, assim como consideramos não existir risco na continuidade das operações uma vez que a empresa opera sob um contrato de concessão.

ESTIMATIVAS

5.5 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

5.6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- | A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- | As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Concelho de Administração.

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados nas rubricas dos ativos tangíveis foram como segue:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 JANEIRO 2023							
Custo de aquisição	8.268.006,80	6.840.801,35	179.529,28	1.529.188,93	654.141,84	478.051,12	17.949.719,32
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	(39.500,00)	(39.500,00)
Depreciações acumuladas	(4.891.482,79)	(4.668.242,22)	(161.878,47)	(1.130.122,56)	(540.460,84)	-	(11.392.186,88)
Valor inicial	3.376.524,01	2.172.559,13	17.650,81	399.066,37	113.681,00	438.551,12	6.518.032,44
MOVIMENTO 2023							
Adições	435.311,67	164.571,00	-	244.523,35	119.336,79	104.186,13	1.067.928,94
Transferências	109.044,31	75.714,99	-	-	1.140,00	(185.899,30)	-
Abates	-	(2.487,60)	-	(15.150,00)	(6.600,00)	(5.512,50)	(29.750,10)
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	(10.308,79)	(10.308,79)
Depreciação - exercício	(669.999,54)	(627.564,62)	(6.508,26)	(163.642,02)	(42.750,39)	-	(1.510.464,83)
Depreciação- transf. e abates	-	2.487,60	-	8.679,68	6.600,00	-	17.767,28
Valor final	3.250.880,45	1.785.280,50	11.142,55	473.477,38	191.407,40	341.016,66	6.053.204,94
31 DEZEMBRO 2023							
Custo de aquisição	8.812.362,78	7.078.599,74	179.529,28	1.758.562,28	768.018,63	390.825,45	18.987.898,16
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	(49.808,79)	(49.808,79)
Depreciações acumuladas	(5.561.482,33)	(5.293.319,24)	(168.386,73)	(1.285.084,90)	(576.611,23)	-	(12.884.884,43)
Valor final	3.250.880,45	1.785.280,50	11.142,55	473.477,38	191.407,40	341.016,66	6.053.204,94

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados nas rubricas dos ativos tangíveis foram como segue:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 JANEIRO 2022							
Custo de aquisição	8.013.986,32	6.762.982,12	179.529,28	1.478.181,02	641.084,72	295.063,99	17.370.827,45
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(4.237.880,24)	(4.041.187,09)	(149.173,55)	(1.019.584,82)	(488.120,41)	-	(9.935.946,11)
Valor inicial	3.776.106,08	2.721.795,03	30.355,73	458.596,20	152.964,31	295.063,99	7.434.881,34
MOVIMENTO 2022							
Adições	245.661,59	77.819,23	-	51.007,91	13.057,12	191.346,02	578.891,87
Transferências e abates	8.358,89	-	-	-	-	(8.358,89)	-
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	(39.500,00)	(39.500,00)
Depreciação - exercício	(653.602,55)	(627.055,13)	(12.704,92)	(110.537,74)	(52.340,43)	-	(1.456.240,77)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
Valor final	3.376.524,01	2.172.559,13	17.650,81	399.066,37	113.681,00	438.551,12	6.518.032,44
31 DEZEMBRO 2022							
Custo de aquisição	8.268.006,80	6.840.801,35	179.529,28	1.529.188,93	654.141,84	478.051,12	17.949.719,32
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	(39.500,00)	(39.500,00)
Depreciações acumuladas	(4.891.482,79)	(4.668.242,22)	(161.878,47)	(1.130.122,56)	(540.460,84)	-	(11.392.186,88)
Valor final	3.376.524,01	2.172.559,13	17.650,81	399.066,37	113.681,00	438.551,12	6.518.032,44

Os ativos tangíveis compreendem as obras nos edifícios, o equipamento básico necessário ao funcionamento do Oceanário e edifício do mar, o equipamento administrativo e de transporte. As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de 1.067.928,94 Euros, dizem maioritariamente respeito a:

- Empreitada de remodelação da sala de cultura e reprodução;
- Renovação de parque informático;
- Equipamento audiovisual para auditório Mar da Palha; Substituição de tubagem de climatização;
- Substituição da UTA 8;
- Remodelação do balneário piso 3 - Edifício dos Oceanos; Carregador de veículo elétrico;
- e Mobiliário para esplanada.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se ao seguinte:

2023

| Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

2022

| Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

Em 2023, foi registada uma perda por imparidade no montante de 10.308,79 euros, na rubrica de “Ativos em curso”, referente a um estudo para o projeto de expansão que não chegou a realizar-se.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/[reversões] de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A evolução registada para na rubrica de ativos intangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS COMPUTADOR	DIREITOS DE CONCESSÃO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	DIREITOS DE USO	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
A 1 JANEIRO 2023							
Custo de aquisição	148.064,08	382.676,24	39.803.619,41	242.972,07	159.279,45	157.250,00	40.893.861,25
Imparidade acumulada	-	-	-	(4.000,00)	-	-	(4.000,00)
Amortizações acumuladas	(148.064,08)	(283.083,53)	(9.976.154,72)	(211.126,15)	(106.608,38)	-	(10.725.036,86)
Valor inicial	-	99.592,71	29.827.464,69	27.845,92	52.671,07	157.250,00	30.164.824,39
Adições	5.000,00	4.790,00	-	-	246.318,18	-	256.108,18
Transferências	-	2.250,00	-	-	-	(2.250,00)	-
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	(155.000,00)	(155.000,00)
Amortização - exercício	(109,71)	(52.169,81)	(1.325.460,49)	(5.045,20)	(44.285,69)	-	(1.427.070,90)
Valor final	4.890,29	54.462,90	28.502.004,20	22.800,72	254.703,56	0,00	28.838.861,67
31 DEZEMBRO 2023							
Custo de aquisição	153.064,08	389.716,24	39.803.619,41	242.972,07	405.597,63	155.000,00	41.149.969,43
Imparidade acumulada	-	-	-	(4.000,00)	-	(155.000,00)	(159.000,00)
Amortizações acumuladas	(148.173,79)	(335.253,34)	(11.301.615,21)	(216.171,35)	(150.894,07)	-	(12.152.107,76)
Valor final	4.890,29	54.462,90	28.502.004,20	22.800,72	254.703,56	0,00	28.838.861,67

	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS COMPUTADOR	DIREITOS DE CONCESSÃO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	DIREITOS DE USO	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
A 1 JANEIRO 2022							
Custo de aquisição	148.064,08	322.488,24	39.803.619,41	235.847,40	69.320,09	155.000,00	40.734.339,22
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.947,22)	(229.220,88)	(8.649.700,75)	(205.813,25)	(66.791,05)	-	(9.299.473,15)
Valor inicial	116,86	93.267,36	31.153.918,66	30.034,15	2.529,04	155.000,00	31.434.866,07
Adições	-	60.188,00	-	7.124,67	89.959,36	2.250,00	159.522,03
Imparidade - exercício	-	-	-	(4.000,00)	-	-	(4.000,00)
Amortização - exercício	(116,86)	(53.862,65)	(1.326.453,97)	(5.312,90)	(39.817,33)	-	(1.425.563,71)
Valor final	-	99.592,71	29.827.464,69	27.845,92	52.671,07	157.250,00	30.164.824,39
31 DEZEMBRO 2022							
Custo de aquisição	148.064,08	382.676,24	39.803.619,41	242.972,07	159.279,45	157.250,00	40.893.861,25
Imparidade acumulada	-	-	-	(4.000,00)	-	-	(4.000,00)
Amortizações acumuladas	(148.064,08)	(283.083,53)	(9.976.154,72)	(211.126,15)	(106.608,38)	-	(10.725.036,86)
Valor final	-	99.592,71	29.827.464,69	27.845,92	52.671,07	157.250,00	30.164.824,39

I) Direito de concessão – o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Empresa se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.

II) Ativos intangíveis em curso – referem-se essencialmente a projetos de arquitetura. Em 2023, foi registada uma perda por imparidade no montante de 155.000,00 euros, na rubrica de “Ativos em curso”, referente a um projeto de expansão que não chegou a realizar-se.

8. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O detalhe dos movimentos registados em 2023 e 2022, relativamente aos investimentos em associadas, é como segue:

	2023	2022
1 JANEIRO	1.070.825,97	653.877,20
Ganhos/(Perdas) por equivalência patrimonial	615.213,53	464.753,93
Distribuição de Dividendos	(518.654,81)	(47.805,16)
31 DEZEMBRO	1.167.384,69	1.070.825,97

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os investimentos em associadas referem-se ao investimento na Telecabine de Lisboa, Lda., conforme segue

31 DEZ 2023								
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	1.167.384,69	-	-	1.167.384,69	291.698,38
				1.167.384,69	-	-	1.167.384,69	291.698,38

31 DEZ 2022								
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	1.070.825,97	-	-	1.070.825,97	291.698,38
				1.070.825,97	-	-	1.070.825,97	291.698,38

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras da Telecabine, são como se segue:

	31 DEZ 2023	31 MAR 2023	31 DEZ 2022	31 MAR 2022
	TELECABINE	TELECABINE	TELECABINE	TELECABINE
Ativos				
Não correntes	363.844,17	419.993,83	427.867,88	466.954,38
Correntes	3.940.832,78	3.992.684,35	3.561.099,31	1.587.711,43
	4.304.676,95	4.412.678,18	3.988.967,19	2.054.665,81
Passivos				
Não correntes	-	-	-	-
Correntes	801.931,40	898.058,94	872.456,83	428.063,68
	801.931,40	898.058,94	872.456,83	428.063,68
Capital Próprio				
	3.502.745,55	3.514.619,24	3.116.510,36	1.626.602,13
	3.502.745,55	3.514.619,24	3.116.510,36	1.626.602,13

	2023	2022
	TELECABINE	TELECABINE
Atividade no ano	ABR-DEZ	ABR-DEZ
Rendimentos	3.970.647,86	3.358.172,93
Gastos	(1.278.861,77)	(1.170.251,37)
Rendimentos financeiros	13.845,84	-
Imposto s/ rendimento	(642.886,38)	(511.411,20)
Resultado líquido	2.062.745,55	1.676.510,36
Outros rendimentos integrais	-	-
Rendimentos integrais totais	2.062.745,55	1.676.510,36

A atividade do ano, apresentada no quadro anterior, refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os resultados usados para efeitos de apropriação do método da equivalência patrimonial na Entidade referem-se ao período de 12 meses, de janeiro a dezembro.

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contábilístico dos investimentos em associadas é como segue:

	2023	2022
	TELECABINE	TELECABINE
Capital Social	1.200.000,00	1.200.000,00
Resultado Líquido	2.062.745,55	1.676.510,36
Reservas legais	240.000,00	240.000,00
Resultados transitados	-	-
Ativos líquidos a 31 de dezembro	3.502.745,55	3.116.510,36
% participação	25,00%	25,00%
Participação financeira nas associadas	875.686,39	779.127,59
Goodwill	291.698,38	291.698,38
Valor líquido apurado	1.167.384,77	1.070.825,97
Valor líquido contábilístico	1.167.384,69	1.070.825,97
Diferenças de reconciliação	-	-

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

31 DEZ 2023	CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS/ PASSIVOS AO JUSTO VALOR POR VIA RESULTADOS	ATIVOS/PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	13.894.962,80	-	-	13.894.962,80
Clientes	358.583,03	-	-	358.583,03
Outras contas a receber	416.761,18	-	-	416.761,18
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	21.449,36	-	21.449,36
Total ativos financeiros	14.670.307,01	21.449,36	-	14.691.756,37
Outros ativos não financeiros	-	-	36.614.837,54	36.614.837,54
Total ativo	14.670.307,01	21.449,36	36.614.837,54	51.306.593,91
Passivos				
Financiamentos obtidos	9.214.471,50	-	-	9.214.471,50
Fornecedores	801.387,91	-	-	801.387,91
Outras contas a pagar	31.226.416,69	-	-	31.226.416,69
Provisões	170.685,00	-	-	170.685,00
Imposto sobre o rendimento	559.302,25	-	-	559.302,25
Total passivos financeiros	41.972.263,35	-	-	41.972.263,35
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-
Total passivo	41.972.263,35	-	-	41.972.263,35

31 DEZ 2022	CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS/ PASSIVOS AO JUSTO VALOR POR VIA RESULTADOS	ATIVOS/PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5.985.893,40	-	-	5.985.893,40
Clientes	622.379,94	-	-	622.379,94
Outras contas a receber	1.361.850,42	-	-	1.361.850,42
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	23.044,21	-	23.044,21
Total ativos financeiros	7.970.123,76	23.044,21	-	7.993.167,97
Outros ativos não financeiros	-	-	39.630.209,01	39.630.209,01
Total ativo	7.970.123,76	23.044,21	39.630.209,01	47.623.376,98
Passivos				
Financiamentos obtidos	9.710.498,22	-	-	9.710.498,22
Fornecedores	1.124.688,45	-	-	1.124.688,45
Outras contas a pagar	30.691.144,76	-	-	30.691.144,76
Imposto sobre o rendimento	314.385,35	-	-	314.385,35
Total passivos financeiros	41.840.716,78	-	-	41.840.716,78
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Total passivo	41.840.716,78	-	-	41.840.716,78

10. JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

31 DEZEMBRO 2023	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	21.449,36	-	-	21.449,36
	21.449,36	-	-	21.449,36
31 DEZEMBRO 2022				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	23.044,21	-	-	23.044,21
	23.044,21	-	-	23.044,21

Estes montantes, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se aos valores pagos para o fundo de compensação do trabalho (FCT) ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A diferença de 1.594,85 euros a menos em 2023, comparativamente com 2022, deve-se ao ajustamento referente à variação do justo valor do FCT.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como se segue:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Acréscimos de rendimentos i)	42.325,25	-	42.325,25	37.974,67	-	37.974,67
Estado e outros entes públicos ii)	148.484,63	-	148.484,63	97.672,99	-	97.672,99
Diferimentos ativos iii)	74.861,21	28.889,33	103.750,54	53.582,16	28.889,33	82.471,49
Outros devedores iv)	213,98	-	213,98	768.014,95	-	768.014,95
Adiantamento a fornecedores	121.986,78	-	121.986,78	375.716,32	-	375.716,32
	387.871,85	28.889,33	416.761,18	1.332.961,09	28.889,33	1.361.850,42
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	387.871,85	28.889,33	416.761,18	1.332.961,09	28.889,33	1.361.850,42

I) Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Juros a Receber	12.833,33	-	12.833,33	5.322,62	-	5.322,62
Outros Rendimentos	29.491,92	-	29.491,92	32.652,05	-	32.652,05
Acréscimos de rendimentos	42.325,25	-	42.325,25	37.974,67	-	37.974,67

II) Estado e outros entes públicos – nesta rubrica são registados os saldos de tributos a receber / a recuperar junto do Estado. O detalhe desta sub-rubrica é como se segue:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
Retenções imposto sobre o rendimento	9.281,24	-
IVA	139.203,39	97.672,99
Estado e outros entes públicos	148.484,63	97.672,99

III) Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Gastos com fornecimentos e serviços externos	66.466,16	28.889,33	95.355,49	45.026,56	28.889,33	73.915,89
Gastos com o Pessoal	8.395,05	-	8.395,05	8.555,60	-	8.555,60
Diferimentos ativos	74.861,21	28.889,33	103.750,54	53.582,16	28.889,33	82.471,49

IV) Outros devedores – a decomposição dos outros devedores a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Outros devedores - Grupo	-	-	-	750.000,00	-	750.000,00
Outros devedores - Não Grupo	213,98	-	213,98	18.014,95	-	18.014,95
Outros devedores	213,98	-	213,98	768.014,95	-	768.014,95

Comparativamente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Outras contas a receber” a 31 de dezembro de 2023 apresenta uma diminuição de cerca de 945 mil euros, maioritariamente proveniente da liquidação do empréstimo concedido à acionista Fundação Oceano Azul, no valor de 750.000 euros.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, não estavam reconhecidas quaisquer perdas por imparidade sobre os saldos a receber de terceiros.

Para os períodos apresentados, não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

Os montantes de imposto sobre o rendimento corrente e diferido registados no exercício de 2023 e 2022, são como segue:

	2023	2022
Demonstração dos Resultados		
Imposto diferido	(1.270.779,76)	(1.033.026,24)
imposto corrente	(718.142,84)	(475.693,47)
	(1.988.922,60)	(1.508.719,71)

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2023	2022
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(1.270.779,76)	(1.033.026,24)
Passivos por impostos diferidos	-	-
Impacto líquido dos impostos diferidos	(1.270.779,76)	(1.033.026,24)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Provisões	Prejuízos Fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2023	-	1.309.183,89	1.309.183,89
Período findo em 31 de dezembro			
Reversão por resultados	38.404,13	(1.309.183,89)	(1.270.779,76)
Movimento do período	38.404,13	(1.309.183,89)	(1.270.779,76)
A 31 de dezembro de 2023	38.404,13	0,00	38.404,13
	Provisões	Prejuízos Fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2022	-	2.342.210,13	2.342.210,13
Período findo em 31 de dezembro			
Reversão por resultados	-	(1.033.026,24)	(1.033.026,24)
Movimento do período	-	(1.033.026,24)	(1.033.026,24)
A 31 de dezembro de 2022	-	1.309.183,89	1.309.183,89

13. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários, à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, é o seguinte:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
Mercadorias	516.982,11	567.342,32
Imparidade de inventários	-	-
Total Inventários	516.982,11	567.342,32

As mercadorias detidas pela Empresa referem-se a artigos para venda na loja do Oceanário de Lisboa.

Comparativamente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a rubrica a 31 de dezembro de 2023, evidência uma ligeira diminuição, fruto de uma maior afluência de vendas.

O custo dos inventários reconhecidos em resultados do exercício em 2023 e 2022, incluídos na linha “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, ascendeu a 1.056.415,47 euros e 685.670,79 euros, respetivamente.

14. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados da Empresa correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho (“FCT”).

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2023	2022
A 1 de janeiro	23.044,21	18.998,35
Dotações	2.200,26	5.347,47
Variações de justo valor	1.159,27	(1.301,61)
Utilizações	(4.954,38)	-
A 31 de dezembro	21.449,36	23.044,21

15. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Clientes - Grupo	118.461,66	-	118.461,66	178.146,53	-	178.146,53
Clientes - Não-grupo	240.121,37	-	240.121,37	444.233,41	-	444.233,41
	358.583,03	-	358.583,03	622.379,94	-	622.379,94
Imparidade Clientes	-	-	-	-	-	-
Total Clientes	358.583,03	-	358.583,03	622.379,94	-	622.379,94

No final do exercício de 2022, não se verificou nenhum montante em aberto na rubrica de perdas de imparidade, não se tendo verificado, para o exercício de 2023, quaisquer variações.

Não se verificaram saldos vencidos com imparidade para os períodos apresentados.

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2023	2022
Saldos vencidos sem imparidade		
não vencidos	223.942,37	421.267,50
até 6 meses	124.295,75	191.217,49
de 6 a 12 meses	9.268,66	9.894,95
de 12 a 18 meses	1.076,25	-
de 18 a 24 meses	-	-
Total	358.583,03	622.379,94

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Foi revisto o modelo de imparidade, com base no que é o “forward looking” definido pela IFRS 9 e não existe a esta data a necessidade do reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica de outras contas a receber ou clientes.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A RECEBER/ A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31 DEZ 2023		31 DEZ 2022	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Imposto s/ rendimento - IRC	-	559.302,25	-	314.385,35
	-	559.302,25	-	314.385,35

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2023	2022
Imposto Corrente		
Pagamentos por conta	197.658,00	-
Pagamentos adicionais por conta	104.898,00	-
Retenções na fonte	25.107,55	30.165,16
Estimativa de IRC	[886.965,80]	[344.550,51]
Total	(559.302,25)	(314.385,35)

Para o ano de 2022 não existiu lugar ao pagamento de Pagamentos por Conta e, no caso dos Pagamentos Adicionais por Conta, os mesmos não se aplicaram uma vez que a Entidade não atingiu um lucro tributável superior a 1.500.000 euros relativo ao período de tributação anterior correspondente.

Porém, durante o exercício de 2023, a empresa efetuou Pagamentos por Conta no valor de 197.658,00 euros e Pagamentos Adicionais por Conta no total de 104.898,00 euros.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
Caixa	38.808,29	38.850,01
Depósitos bancários	8.356.154,51	5.947.043,39
Depósitos a prazo	5.500.000,00	-
Caixa e equivalentes de caixa	13.894.962,80	5.985.893,40

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
Caixa	38.808,29	38.850,01
Depósitos bancários	8.356.154,51	5.947.043,39
Depósitos a prazo	5.500.000,00	-
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)	13.894.962,80	5.985.893,40
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)	-	-
	13.894.962,80	5.985.893,40

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica depósitos a prazo inclui o montante de 5.500.000 Euros relativo a um único depósito a prazo subscrito em 4 de dezembro de 2023, com maturidade de 1 mês e com taxa de juro bruta de 2,80%.

18. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	NÚMERO DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL
Capital Social	200.000,00	1.000.000,00
	200.000,00	1.000.000,00

O Capital da Oceanário de Lisboa, SA é detido na totalidade pela Fundação Oceano Azul.

19. RESERVAS LEGAIS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reservas legais

De acordo com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. A reserva legal não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social [art.º 296 do Código das Sociedades Comerciais]. A reserva legal da Empresa encontra-se totalmente constituída.

Resultados transitados

Os resultados líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nos montantes de 4.536.685,59 euros e [2.723.187,14] euros, respetivamente, foram totalmente transferidos para a rubrica de resultados transitados de acordo com as deliberações tomadas nas reuniões de Assembleia Geral em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidas em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

A 31 de dezembro de 2023, o montante apropriado pelo método de equivalência patrimonial e ainda não realizado corresponde a ganhos acumulados no montante de 515.686,39 euros e que corresponde à proporção dos resultados do ano de 2023 da Telecabine atribuíveis à Empresa, não distribuídos.

Na data de 31 de dezembro de 2022, o montante apropriado pelo método de equivalência patrimonial e ainda não realizado corresponde a ganhos acumulados no montante de 419.128,00 euros e que corresponde à proporção dos resultados do ano de 2022 da Telecabine atribuíveis à Empresa, não distribuídos naquela data.

20. PROVISÕES

A rubrica de provisões em 2023 e 2022 pode ser apresentada como segue:

	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
A 1 de janeiro de 2023	-	-
Dotação por resultados (Provisões)	170.685,00	170.685,00
A 31 de dezembro de 2023	170.685,00	170.685,00
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	170.685,00	170.685,00
	170.685,00	170.685,00

A 31 de dezembro de 2023, o saldo em Outras Provisões corresponde à provisão para fazer face aos encargos a incorrer pela empresa relacionados com a parcela monetária dos prémios de antiguidade a atribuir aos colaboradores, quando completam 15 ou 25 anos na empresa.

De acordo com a IAS19, de forma a mensurar o valor presente da obrigação do benefício mencionado, foi aplicado o método de avaliação atuarial, com os seguintes pressupostos:

	31-12-2023
Taxa de desconto	3,90%
Taxa de inflação	2,00%
Tábua de mortalidade	TV88/90
Idade de reforma	Idade normal de acesso à pensão de reforma de acordo com o RGSS

Como resultado da avaliação atuarial, foi apurado o custo de 170.685,00 euros para o ano de 2023 e registada uma provisão nesse mesmo montante.

21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos bancários i)						
Santander Totta	746.819,49	8.467.652,01	9.214.471,50	496.026,72	9.214.471,50	9.710.498,22
	746.819,49	8.467.652,01	9.214.471,50	496.026,72	9.214.471,50	9.710.498,22

i) O empréstimo bancário foi contraído junto do SantanderTotta, a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 10.000.000,00 euros, com o prazo de 12 anos, vencendo juros às taxas de Euribor 6M e spread 2,75%, necessário para o cumprimento do pagamento inicial, contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português

Adicionalmente a Empresa aderiu a uma linha de crédito a curto prazo no montante de 3.000.000,00 euros, o qual foi utilizado durante o ano 2020, com prazo de 12 meses, vencendo juros às taxas de Euribor 12M e spread 1,50%.

Durante o 1º semestre de 2022, a dívida bancária existente naquela data, no montante de 9.972.022,00 euros, foi renegociada passando a ser, essencialmente, de médio e longo prazo, com prestações semestrais, maturidade até 2031 e vencendo juros a uma taxa fixa de 1.59%. No mesmo processo de renegociação foi solicitada uma nova linha de crédito de curto prazo de 3.000.000,00 euros vencendo juros às taxas de Euribor 12M (floor zero) e spread 1.0% e cujo montante à data de 31 de dezembro de 2023 está totalmente disponível para utilização.

EMPRÉSTIMOS

As maturidades dos financiamentos da Empresa são como segue:

	2023	2022
Até 1 ano	746.819,49	496.026,72
Entre 2 e 5 anos	4.245.629,78	3.742.449,27
Superior a 5 anos	4.222.022,23	5.472.022,23
	9.214.471,50	9.710.498,22

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores de investimentos i)	2.014.876,09	25.192.714,88	27.207.590,97	1.968.612,70	25.644.812,85	27.613.425,55
Acréscimos de gastos ii)	2.947.007,08	-	2.947.007,08	2.772.633,16	-	2.772.633,16
Estado e outros entes públicos iii)	97.795,33	-	97.795,33	110.046,02	-	110.046,02
Adiantamento de Clientes	590.833,87	-	590.833,87	2.290,19	-	2.290,19
Diferimentos passivos iv)	88.197,87	-	88.197,87	54.508,23	-	54.508,23
Outras operações com o pessoal	-	-	-	198,08	-	198,08
Responsabilidades com locações	64.553,54	197.814,39	262.367,93	10.250,92	45.388,93	55.639,85
Outros credores	32.623,64	-	32.623,64	82.403,68	-	82.403,68
Outras dívidas a pagar	5.835.887,42	25.390.529,27	31.226.416,69	5.000.942,98	25.690.201,78	30.691.144,76

I) Fornecedores de investimentos – o saldo desta rubrica inclui o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa atualizada pela inflação durante os 30 anos do contrato de concessão. O valor registado corresponde ao valor descontado das rendas a pagar considerando uma taxa de juro incremental que a Empresa obteria num financiamento para o mesmo prazo, valor e colateral.

Os movimentos registados nos exercícios de 2023 e 2022 relativamente ao passivo financeiro relacionado com o contrato de Concessão da Exploração e Administração do Aquário Oceanário de Lisboa, é como segue:

	VALOR
Saldo a 01/01/2022	27.604.033,62
Juro do período	970.936,20
Reembolso	(1.414.439,97)
Regularizações	17.823,00
Saldo a 31/12/2022	27.178.352,85
Juro do período	1.079.453,57
Reembolso	(1.466.557,51)
Regularizações	-
Saldo a 31/12/2023	26.791.248,91

II) Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31 DEZ 2023			31 DEZ 2022		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Gastos com o pessoal	851.076,70	-	851.076,70	854.829,32	-	854.829,32
Gastos fornecimentos e serviços externos	2.080.657,48	-	2.080.657,48	1.871.671,62	-	1.871.671,62
Outros gastos	15.272,90	-	15.272,90	46.132,22	-	46.132,22
Acréscimos de gastos	2.947.007,08	-	2.947.007,08	2.772.633,16	-	2.772.633,16

O aumento observado nesta rubrica deve-se ao facto do incremento dos custos associados a Fornecimentos e Serviços externos.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de 851.076,70 euros, registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Gastos com pessoal” engloba o montante de férias e subsídio de férias a pagar em 2024, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores em 2023, assim como o montante de gratificações de balanço a pagar em 2024 decorrente da performance da Sociedade e dos seus colaboradores no ano de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante 2.080.657,48 euros, registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Gastos fornecimentos e serviços externos”, é referente a serviços prestados decorrentes da

atividade do ODL em 2023, mas que só serão faturados em 2024. Este montante diz respeito, maioritariamente, a acréscimos de gastos referentes a rendas e alugueres, trabalhos especializados, comissões e eletricidade.

A rubrica “Adiantamentos de clientes” em 31 de dezembro de 2023, inclui um montante de, aproximadamente, 587.000 Euros referente a adiantamento de valores por parte de parceiros de vendas em bilheteiras online. O referido montante foi subsequentemente deduzido aos valores a receber pelas vendas de bilheteiras online de janeiro de 2024.

III) Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
	CORRENTE	CORRENTE
Retenções imposto sobre o rendimento	37.056,31	46.686,87
Contribuições para a segurança social	60.739,02	63.359,15
	97.795,33	110.046,02

IV) Diferimentos passivos – a decomposição dos diferimentos passivos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
	CORRENTE	CORRENTE
Outros rendimentos a reconhecer	88.197,87	54.508,23
Diferimentos passivos	88.197,87	54.508,23

Os valores reconhecidos como rendimentos a reconhecer referem-se a serviços faturados e ainda não prestados. De acordo com a nova IFRS 15, a 31 de dezembro de 2023, as vendas antecipadas perfazem o montante de 88.197,87 euros.

23. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Fornecedores - Grupo	86.100,00	343.532,20
Fornecedores - Não-grupo	715.287,91	781.156,25
Total saldo fornecedores	801.387,91	1.124.688,45

Durante o ano de 2023, graças a uma maior liquidez e capacidade financeira, a entidade viu-se na capacidade de saldar diversos saldos de fornecedores, originando numa diminuição da dívida em aproximadamente 320.000 euros face a 2022.

24. DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período, findo a 31 de dezembro de 2023 foram imputadas ao rendimento o montante de 1.089,00 euros referentes a donativos de entidades terceiras. A 31 de dezembro de 2022 tinham sido imputados 38.219,00 euros.

25. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestação de serviços reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2023 e 2022 é detalhado como segue:

	2023	2022
Vendas de Produtos		
Mercadorias	2.393.998,70	1.949.514,41
Sub-total	2.393.998,70	1.949.514,41
Prestação de Serviços		
Bilheteira	22.762.201,82	19.048.855,56
Patrocínios	100.000,00	100.000,00
Arrendamentos / Concessões	353.845,09	300.243,45
Aluguer de espaços	24.328,17	47.314,18
ACE / Sieocean	29.473,09	21.168,00
Débitos de custos incorridos	203.609,98	127.655,12
Outras prestações de serviços	8.740,52	39.416,76
Sub-total	23.482.198,67	19.684.653,07
Vendas e prestação de serviços	25.876.197,37	21.634.167,48

26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2023 e 2022 é detalhado como segue:

	2023	2022
Existências iniciais	567.342,32	229.656,77
Compras	1.056.386,76	1.030.152,89
Regularização de existências	(50.331,50)	(6.796,55)
Existências finais	(516.982,11)	(567.342,32)
	1.056.415,47	685.670,79

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Trabalhos especializados	2.476.694,87	2.497.802,23
Publicidade e propaganda	459.978,88	330.250,98
Vigilância e segurança	308.362,65	287.502,20
Honorários	402.593,99	292.555,35
Comissões	314.643,60	242.115,16
Conservação e reparação	951.711,75	868.901,54
Materiais	75.800,90	18.714,51
Energia e fluidos	1.041.828,69	1.407.557,52
Deslocações, estadas e transportes	268.757,67	55.479,57
Rendas e alugueres	1.345.312,67	1.154.661,20
Comunicação	46.835,55	36.954,49
Seguros	80.107,40	70.310,62
Contencioso e notariado	533,90	398,03
Despesas de representação	29.996,01	19.799,62
Limpeza, higiene e conforto	482.583,76	427.964,87
Outros serviços	608.086,00	384.481,45
Fornecimentos e serviços externos	8.893.828,29	8.095.449,34

A rubrica de rendas e alugueres, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 inclui o montante de 1.296.727,35 euros e 1.084.690,02 euros, respetivamente relativamente à contrapartida financeira variável de 5% sobre as receitas da concessão, nos termos do contrato.

28. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2023 e 2022, foram como segue:

	2023	2022
Remunerações		
Orgãos sociais	14.760,00	11.450,00
Pessoal	2.606.599,86	2.224.201,62
Sub-total	2.619.859,86	2.235.651,62
Outros encargos		
Indeminizações	48.120,58	139.022,71
Encargos sobre remunerações	462.790,61	367.053,60
Seguros de acidentes de trabalho	23.803,35	27.331,02
Gastos de ação social	20.387,96	3.000,00
Outros	231.752,59	278.950,46
Sub-total	786.855,09	812.357,79
Gastos com o pessoal	3.408.214,95	3.048.009,41

O número médio de empregados da Empresa em 2023 foi de 79 [2022: 70].

29. VARIAÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica de variações de justo valor, no exercício de 2023 e 2022 no montante de 1.159,27 euros e [1.031,61] euros, respetivamente, refere-se à atualização da valorização do Fundo de compensação de Trabalho ["FCT"] (nota 14).

30. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos em 2023 e 2022 pode ser apresentada como segue:

	2023	2022
Outros rendimentos		
Diferenças de câmbio favoráveis	4.074,13	1.063,70
Correções de períodos anteriores	35.314,46	80.865,27
Outros não especificados	44.509,52	25.633,51
	83.898,11	107.562,48

31. OUTROS GASTOS

O detalhe da rubrica de Outros gastos em 2023 e 2022 é apresentado no quadro seguinte:

	2023	2022
Outros gastos		
Impostos	5.231,24	5.499,27
Abates de investimentos não financeiros	6.470,32	-
Donativos	32.615,72	67.465,00
Quotizações	29.843,87	26.619,80
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.831,91	570,39
Perdas em inventários	51.134,81	2.149,16
Outros não especificados	129.753,63	122.026,80
	260.881,50	224.330,42

32. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros em 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Gastos financeiros		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	153.777,15	165.866,35
Empréstimos de empresas do Grupo	-	6.350,52
Outros gastos financeiros	1.137.167,12	1.052.337,29
	1.290.944,27	1.224.554,16
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos		
Depósitos bancários	27.041,66	-
Empréstimos a empresas do Grupo	19.808,02	5.322,62
	46.849,68	5.322,62

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, rubrica de “outros gastos financeiros” refere-se essencialmente ao efeito financeiro da atualização do passivo financeiro relativamente à componente fixa do contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da “Oceanário de Lisboa” (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos, celebrado com o Estado Português, no montante de 1.079.453,56 euros e 970.936,20 euros, respetivamente.

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Imposto s/ rendimento corrente	718.142,84	475.693,47
Imposto s/ rendimento diferido	1.270.779,76	1.033.026,24
Imposto sobre o rendimento	1.988.922,60	1.508.719,71

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2023	2022
Resultado antes de Imposto	8.440.592,96	6.045.405,30
Taxa de Imposto	21,00%	21,00%
	1.772.524,52	1.269.535,11
Gastos não dedutíveis	114.660,00	40.782,60
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	(129.194,84)	(97.598,33)
Diferenças temporárias	45.609,40	68.868,42
Benefícios fiscais	(5.364,49)	(131.807,64)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor	(243,45)	-
Tributação autónoma	14.523,02	14.782,61
Derrama	347.363,11	213.256,56
Insuficiência/(excesso) de estimativa IRC de anos anteriores	(168.822,96)	131.142,96
Outros	(2.131,71)	(242,57)
	1.988.922,60	1.508.719,71
Imposto s/ rendimento corrente	718.142,84	475.693,47
Imposto s/ rendimento diferido	1.270.779,76	1.033.026,24
Imposto s/ rendimento	1.988.922,60	1.508.719,71
Taxa efetiva de imposto	23,6%	25,0%

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	2023	2022
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual	3,00%	3,00%
	25,50%	25,50%

[*] A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável. Adicionalmente, a Entidade encontra-se sujeita a Derrama Estadual, quando os lucros tributáveis excedam os 1.500.000 euros, com a seguinte incidência:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.00 euros.

34. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela Entidade, à data do relato financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como se segue:

34.1 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DECORRENTES DO COMPROMISSO VARIÁVEL REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO AQUÁRIO OCEANÁRIO DE LISBOA

Na sequência da celebração do referido contrato de concessão adicionalmente ao pagamento do ativo intangível (ver notas 3.4 e 7), a Empresa assumiu a obrigação contratual de pagamento de uma contrapartida financeira variável calculada sobre 5% sobre as receitas da concessão, nomeadamente as receitas da bilheteira e outras atividades comerciais, participações em taxas ou outros tributos que a Empresa tenha direito por lei e juros ou remunerações de capitais e de aplicações financeiras efetuadas pela mesma.

Pelo facto de o seu cálculo ser variável, esta obrigação não está registada nas demonstrações financeiras da Empresa.

34.2 COMPROMISSOS COM LOCAÇÕES

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rendas relativas aos contratos de aluguer de viaturas que não sofreram a aplicação da IFRS 16 já se encontravam totalmente liquidadas, não havendo, portanto, rendas vincendas relacionadas com contratos de locação que não sofreram a aplicação da IFRS 16.

Em 2023 e 2022, não foram considerados para o cálculo das rendas vincendas os contratos, em que, por aplicação da IFRS 16, o reconhecimento das locações no balanço da entidade passou a ser efetuado como um ativo não corrente, referente ao direito de uso do item locado, e como um passivo financeiro, pela obrigação de pagamento dos encargos à locadora.

35. CONTINGÊNCIAS

35.1 PASSIVOS CONTINGENTES

A Entidade tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

BENEFICIÁRIO	OBJETO	INÍCIO	2023	2022
Estado Português	Contrato de Concessão	28-09-2015	2.000.000,00	2.000.000,00
			2.000.000,00	2.000.000,00

A Empresa prestou uma garantia bancária no montante de 2.000.000 euros ao Estado Português, para garantir o cumprimento exato e pontual das suas obrigações legais e contratuais, incluindo as relativas a penalidades contratuais, no âmbito do contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não tinha quaisquer outros passivos contingentes para além dos apresentados no quadro acima.

35.2 GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS

Entidade tem as seguintes garantias bancárias prestadas por terceiros, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
Cerger	Obrigações Contratuais	08-02-2011	24.000,00	24.000,00
Engitetra	Obrigações Contratuais	31-01-2011	16.930,44	16.930,44
Prestibel	Obrigações Contratuais	09-11-2016	46.425,60	46.425,60
Saniambiente	Obrigações Contratuais	07-08-2012	-	-
Siemens	Obrigações Contratuais	16-01-2016	15.763,13	15.763,13
			103.119,17	103.119,17

35.3 ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não tinha quaisquer ativos contingentes.

36. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa é controlada pela Fundação Oceano Azul, que detém 100% do capital da Entidade.

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Não existiram remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Empresa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

REMUNERAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

A remuneração auferida pelo Fiscal Único ascendeu a 14.760,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 11.450,00 euros).

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas

| Fundação Oceano Azul.

Partes relacionadas por via de acionistas

| Pingo Doce;

| Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE;

| Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, SA;

| Fundação Francisco Manuel dos Santos;

| Unilever Fima;

| Waterventures;

| Gallo Worldwide;

| MiMed - Cuidados de Saúde, S.A.

| FIMA DRESSINGS, Unipessoal LDA

| FIMA OLÁ - Produtos Alimentares, SA

| Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.

| SEA THE FT, S.A.

Associadas

| Telecabine de Lisboa, Lda.

Outras entidades - Participação ACE

| Sieocean.

(b) transações e saldos pendentes**I) Acionistas****Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a acionista:

RENDIMENTOS	2023	2022
Rendimentos financeiros		
Fundação Oceano Azul	19.808,02	5.322,62
	19.808,02	5.322,62
RENDIMENTOS		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Fundação Oceano Azul	2.746,79	2.406,00
	2.746,79	2.406,00
GASTOS		
Compras de serviços/Outros gastos		
Fundação Oceano Azul	427,53	914,33
	427,53	914,33
Gastos financeiros		
Fundação Oceano Azul	-	6.350,52
	-	6.350,52

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2023 e 2022, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2023	2022
Cientes		
Fundação Oceano Azul	1.883,03	28.152,56
Outros créditos a receber		
Fundação Oceano Azul	-	5.322,62
Empréstimos Concedidos		
Fundação Oceano Azul	-	750.000,00
	1.883,03	783.475,18

ii) Partes relacionadas por via dos acionistas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com as partes relacionada por via dos acionistas:

RENDIMENTOS	2023	2022
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Pingo Doce	100.000,00	100.000,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	83.225,06	68.442,97
Fundação Francisco Manuel dos Santos	58.673,33	55.067,03
MiMed - Cuidados de Saúde	6.861,78	94.705,96
FIMA DRESSINGS, Unipessoal Lda.	77.404,87	40.039,61
FIMA OLÁ - Produtos Alimentares	-	41.915,16
SEA THE FT, S.A.	158.124,79	117.957,22
Unilever Fima	3.117,11	-
	487.406,94	518.127,95

GASTOS	2023	2022
Compras de serviços/Outros gastos		
Pingo Doce	350,00	24.950,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	374.296,48	396.888,88
Unilever Fima	131.405,58	130.297,65
Gallo Worldwide	78.002,75	83.375,35
MiMed - Cuidados de Saúde	-	46.791,00
	584.054,81	682.302,88

Gastos Financeiros		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V	15.632,37	15.194,05
	15.632,37	15.194,05

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2023 e 2022, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2023	2022
Cientes		
Pingo Doce	61.500,00	61.500,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	24.189,06	20.657,45
Fundação Francisco Manuel dos Santos	4.482,38	11.750,34
MiMed - Cuidados de Saúde	-	19.734,38
FIMA DRESSINGS, Unipessoal Lda.	13.950,48	32.719,55
SEA THE FT, S.A.	4.625,36	12.934,15
Unilever Fima	3.536,19	-
	112.283,47	159.295,87
Outros créditos a receber		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	-	16.681,47
	-	16.681,47
SALDOS CREDITORES		
Fornecedores		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	-	185.140,04
Unilever Fima	-	47.458,51
Gallo Worldwide	-	34.200,67
	-	266.799,22
Outras dívidas a pagar		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	-	22.739,45
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	100.000,00	211.748,84
Unilever Fima	23.400,00	-
	123.400,00	234.488,29

iii) Associadas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a Telecabine:

RENDIMENTOS	2023	2022
Serviços prestados / Outros Rendimentos		
Telecabine	10.870,69	6.008,80
	10.870,69	6.008,80
GASTOS		
Compras de serviços/Outros gastos		
Telecabine	20.243,95	820,76
	20.243,95	820,76

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2023 e 2022, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2023	2022
Cientes		
Telecabine	1.273,00	1.453,17
	1.273,00	1.453,17

IV) Outras entidades- Participação ACE

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a Sieocean:

RENDIMENTOS	2023	2022
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Sieocean	29.558,88	21.250,08
	29.558,88	21.250,08
GASTOS		
Compras de serviços/Outros gastos		
Sieocean	865.013,21	781.234,54
	865.013,21	781.234,54

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2023 e 2022, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2023	2022
Cientes		
Sieocean	3.022,16	2.179,08
	3.022,16	2.179,08
SALDOS CREDITORES	2023	2022
Fornecedores		
Sieocean	86.100,00	76.732,98
	86.100,00	76.732,98
Outras dívidas a pagar		
Sieocean	40.000,00	25.850,00
	40.000,00	25.850,00

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Oceanário de Lisboa, S.A. (a “Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 51.306.594 euros e um total de capital próprio de 9.334.331 euros, incluindo um resultado líquido de 6.451.670 euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Oceanário de Lisboa, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nos” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) é cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legalmente separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todas e qualquer efeitos, não obrigam ou vinculam as outras. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e estas e suas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte lidera a prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança que, da nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e dirigindo a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como os 415 000 colegas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

7.ªª Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501276311 | Capital social: € 981 070,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1.ªª, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Registo na OROC n.º 992

Registo na CMVM n.º 20160607

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Oceanário de Lisboa, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Oceanário de Lisboa, S.A. ("Entidade") relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

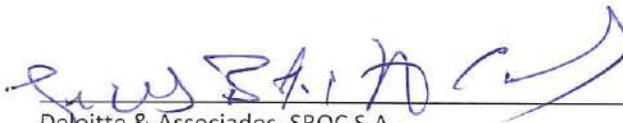
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2023 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 19 de março de 2024


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
Registo na OROC n.º 992
Registo na CMVM n.º 20160607



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matriculada: 501776311 | Capital social: €981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



Oceanário de Lisboa